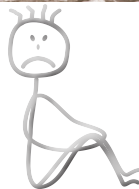


Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?



A (in)visibilidade
de meninos e meninas
em situação de moradia
nas ruas nas capitais brasileiras

**Campanha Nacional
Criança Não É de Rua**



EQUIPE DA PESQUISA

Orientador

DOMINGOS ABREU

Professor Doutor em Sociologia
Departamento de Ciências Sociais
da Universidade Federal do Ceará

Pesquisadoras

JULIANA ALVES DE OLIVEIRA

Assistente Social pela Universidade Estadual do Ceará
Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal
do Rio Grande do Norte

NATÁLIA PINHEIRO XAVIER

Socióloga pela Universidade Estadual do Ceará
Mestranda em Sociologia na Universidade Federal do Ceará

Colaboradores

BERNARDO ROSEMEYER

Coordenador Geral
da Campanha Nacional “Criança Não É de Rua”

ADRIANO RIBEIRO

Coordenador e Articulador
da Campanha Nacional “Criança Não É de Rua”

QUÊNIA DE OLIVEIRA

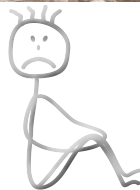
Secretária
da Campanha Nacional “Criança Não É de Rua”

APOIO

DEPUTADA TÂNIA GURGEL

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?



A (in)visibilidade
de meninos e meninas
em situação de moradia
nas ruas nas capitais brasileiras

Campanha Nacional
Criança Não É de Rua

Fortaleza
2009



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 9

PREFÁCIO, 11

INTRODUÇÃO, 15

1 PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO, 21

1.1 Estratégia Metodológica, 21

1.1.1 O critério de acesso aos contatos, 22

1.1.2 Instrumentos utilizados para o levantamento de dados para execução da pesquisa, 23

1.1.3 Procedimentos de acompanhamento e controle da coleta de dados, 23

1.1.4 Categorias adotadas para alcance das informações, 24

1.2 No curso da investigação, 25

1.2.1 *(In)definições*: o tratamento do conceito, 25

1.2.2 Panorama Institucional: limites e possibilidades, 33

2 O UNIVERSO INTERPRETADO, 39

3 O UNIVERSO DA PUREZA ESTATÍSTICA, 59

4 O UNIVERSO DAS FONTES JORNALÍSTICAS, 69

5 O UNIVERSO NO CAMPO DA ORALIDADE, 75

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS, 83

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 87

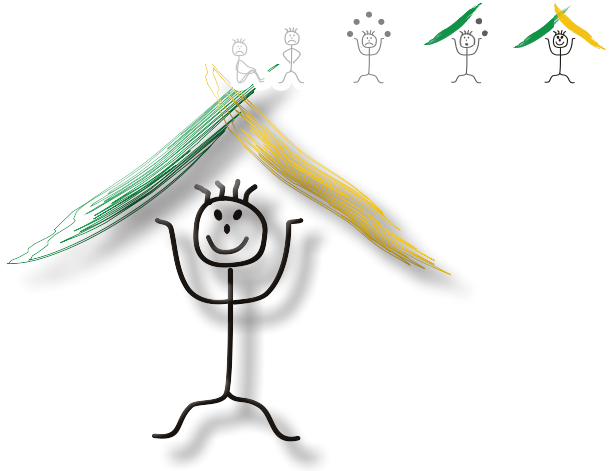
ANEXOS, 91

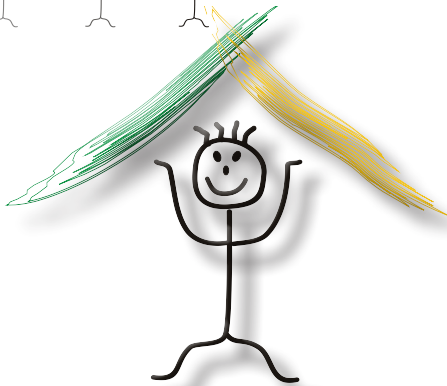
TABELAS

Tabela 1– Referências das pesquisas (Cidade, Ano, Título e Realização)	40
Tabela 2– Público–alvo e Conceito	43
Tabela 3– Recorte Temporal e Geográfico	47
Tabela 4– Quantitativo de crianças e adolescentes em situação de (moradia na) rua	49
Tabela 5– Objetivos da Pesquisa	49
Tabela 6– Referências das Pesquisas e Relatórios (Cidade/Ano/Pesquisa/Realização)	60
Tabela 7– Cidade e Fonte Jornalística	69
Tabela 8– Cidade e Fonte da informação	75

*Não se pode construir um futuro claro com crianças
socializadas obscuramente.*

(MILITO e SILVA, 1995, p. 39)





APRESENTAÇÃO

A pesquisa *CENSO DA EXCLUSÃO OU FALTA DE INCLUSÃO NOS CENSOS? A (in) visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras* anima-nos a rever o fato que deu ao Ceará a denominação de “Terra da Luz”, ou seja, o pioneirismo na abolição da escravatura no Brasil.

O brilho deste importante trabalho reside na capacidade dos autores em provocar o Estado brasileiro a assinar uma carta de alforria às crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas e às suas famílias. Esses brasileiros estão privados dos seus direitos fundamentais como o direito à alimentação, à saúde, à vida, ao respeito, dentre outros. Um país que não cuida de sua infância está gravemente doente.

Esta ferramenta representa uma valiosa contribuição no processo de efetivação da absoluta prioridade determinada pela Constituição Federal, no artigo 227 e reforçada pelo artigo 4º da Lei Federal 8069/90 – *Estatuto da Criança e do Adolescente*.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará reconhece a importância deste trabalho e conclama o

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

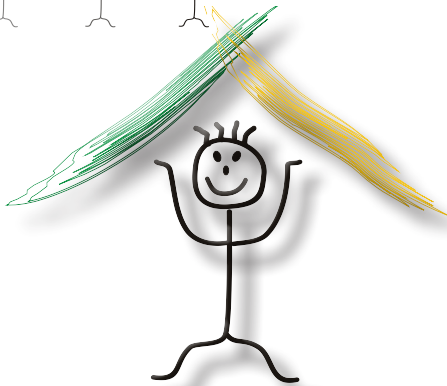
A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



Estado brasileiro a realizar, em regime de urgência, um levantamento nacional do perfil dessas crianças e adolescentes, condição indispensável para elaboração de uma política pública que os inclua socialmente, bem como suas famílias.

Deputado Domingos Filho

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



PREFÁCIO

Uma pesquisa cujo objetivo principal é ser uma ferramenta de inclusão social das crianças e adolescentes em situação de moradia na rua irá desconstruir automaticamente toda uma imagem que há tempos remotos vem indistintamente se desenhando. Não é difícil se deparar com entidades que insistem em alardear que no Brasil ainda há 7 milhões de crianças e adolescentes vivendo nas ruas. Considerando que os números ficam a anos-luz dessas divulgações contraproducentes, nada justifica a atitude de omissão e negligência que atualmente ainda se configura. Ao contrário, o fato de não lidarmos com milhões deve estimular uma articulação em nível nacional por uma resposta mais eficaz.

O levantamento nacional de dados qualitativos e quantitativos de crianças e adolescentes em situação de moradia na rua é uma das cláusulas pétreas da Campanha Nacional “Criança Não É de Rua” desde o seu lançamento, em fins de 2005, no Senado Federal. Em todos os 23 seminários estaduais realizados até agora, a urgência dessa pesquisa tem sido consensual.

É sabido que a “Pesquisa Nacional Censitária e por Amostragem da População em Situação de Rua”, realizada em 2007 sob a coordenação do Ministério do Desen-

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



volvimento Social e Combate à Fome, não contemplou as crianças e os adolescentes em situação de moradia na rua. Dentro do “Grupo de Trabalho Interministerial” (GTI) criado via decreto de 25 de outubro de 2006 pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não houve um consenso quanto à apartação das crianças e adolescentes em situação de moradia na rua. Prevalece, entretanto, a posição de que o público infanto-juvenil encerra particularidades que demandam ações e metodologias de trabalho distintas.

Apesar de nossa consternação diante da demora na realização de uma pesquisa voltada ao universo infanto-juvenil em situação de moradia na rua, concordamos com essa posição. De fato, há quesitos peculiares a serem levados em conta.

Desse modo, numa pesquisa cujo público-alvo é o infanto-juvenil, a própria família há de ganhar uma posição de destaque. Pensar numa pesquisa sobre as crianças e os adolescentes que recorrem aos espaços públicos para dormir e viver significa aceitar o desafio de incluir nesse estudo, mesmo se for apenas por amostragem, a sua família. Diferentemente da pesquisa sobre a população de rua – em que as entrevistas ocorriam nos logradouros públicos, nas praças, nas casas abandonadas etc. – numa pesquisa que visa lançar luz sobre a realidade das crianças que vivem nas ruas o entrevistador há de visitar a família da criança que não mora nas ruas, majoritariamente em habitações precárias na periferia dos grandes centros urbanos. Há, portanto, dois lugares físicos distintos a serem contemplados. Esse item importa na medida em que defendemos uma política preferencial e abrangente para as famílias que as crianças e os adolescentes abandonaram.

Mas há também fatores facilitadores. A proporção de educadores sociais que lidam diariamente com crianças e adolescentes moradores nas ruas é muito maior em comparação ao número de educadores que trabalham em prol dos adultos. Em todas as capitais onde há crianças e adolescentes em situação de moradia na rua, o educador social tem uma função de suma importância. Muitas ve-

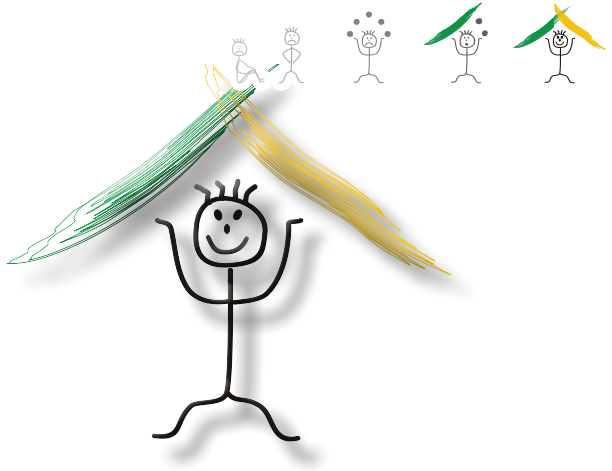


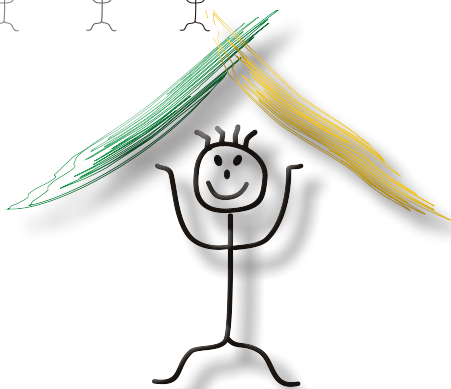
zes, é esse profissional que abre a porta de saída da rua. Indubitavelmente, uma pesquisa em nível nacional sobre a população infanto-juvenil nas ruas tem de envolver esses mesmos educadores que vêm construindo uma relação de confiança e intimidade com essas crianças e adolescentes.

O trabalho presente, “Censo da exclusão ou falta de inclusão nos censos”, visualiza em que estágio se encontra hoje o esforço de apreender a realidade quantitativa e qualitativa da população infanto-juvenil em situação de moradia na rua. Lamentavelmente, o quadro que vai se revelando não é muito lisonjeador. É de se admirar que, após décadas de um esforço sério protagonizado por milhares de educadores sociais, ainda não se avançou muito no monitoramento nacional da quantidade e do perfil de crianças e adolescentes que têm a rua como a sua referência de moradia. Houve, contudo, avanços em algumas capitais que desenvolveram metodologias promissoras para acompanhar estatisticamente a população infanto-juvenil em situação de moradia na rua.

Se protelarmos essa pesquisa nacional e não nos dedicarmos a encontrar metodologias capazes de atualizá-la constantemente, fazemo-nos cúmplices da omissão que atualmente inviabiliza a realização de uma política nacional de inclusão de crianças e adolescentes em situação de moradia na rua. Temos uma dívida social para com eles. Os sonhos dessas crianças a uma vida de inclusão, cidadania, respeito e dignidade terão de se transformar em nosso próprio sonho!

Bernardo Rosemeyer





INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo principal cartografar a realidade da situação de moradia nas ruas por crianças e adolescentes em todas as capitais do território nacional, com a finalidade de subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas ao segmento social em foco. A pesquisa é uma das linhas de frente da Campanha Nacional Criança Não é de Rua, financiada pela Misereor¹ e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza.

A referida Campanha teve seu início no ano de 2005, na cidade de Brasília-DF quando foi apresentada no Senado Nacional. Resumidamente, pode-se afirmar que o objetivo principal dessa Campanha é realizar uma mobilização em nível nacional, em defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas. Valendo eviden-

¹ MISEREOR foi fundada em 1958 como organização contra “a fome e a doença no mundo”. Na sua função de agência de desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha MISEREOR oferece uma cooperação em espírito de parceria a todos os homens de boa vontade para combater a pobreza a nível mundial, abolir estruturas de injustiça, promover a solidariedade com os pobres e perseguidos e contribuir para a construção de “UM MUNDO”. Para mais informações acesse o site: www.misereor.org/pt/sobre-nos.html.



ciar que os responsáveis por ela, desde sua implementação, têm percorrido todo o território nacional conhecendo as configurações do problema social em questão, nas diferentes capitais, bem como se articulando com OG'S e ONG's envolvidas no combate à situação de moradia nas ruas por crianças e adolescentes. Assim, tem sido construída a base de coleta de dados empíricos para a realização do presente trabalho. É válido salientar que, até o presente, a Campanha já foi lançada nas seguintes cidades²:

- 2006: Recife, Rio de Janeiro, Aracaju e São Luís.
- 2007: Porto Alegre, Curitiba, Vitória, Campo Grande, Macapá, Porto Velho, Belém, Florianópolis, Rio Branco, Boa Vista, Maceió e Palmas.
- 2008: Natal, Fortaleza, Teresina, Goiânia, Manaus e João Pessoa.
- 2009: Cuiabá.

Presume-se, então, que é necessário aprofundar e estudar analiticamente, bem como apresentar aos envolvidos com a questão da infância e juventude no país, o quão importante é voltar o olhar para esse segmento da sociedade. Buscando responder a essa prioridade, no período de Agosto a Novembro de 2008, foi realizada a pesquisa CENSO DA EXCLUSÃO OU FALTA DE INCLUSÃO NOS CENSOS? A *(in)visibilidade* de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras. Para tanto, justifica-se o interesse por esse estudo tendo em vista que no nosso país observa-se uma história de privação e negação de direitos essenciais à vida de crianças e adolescentes, negação essa que produziu um contingente de crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos, de exploração do trabalho e da sexualidade, privação do lazer, perambulância, abandono, mortalidade, dentre outros problemas sociais. Ainda no séc. XIX, com o crescimento das cidades, com

² Para maiores detalhes sobre os seminários acesse o site: www.criancanaoederua.org.br.



a abolição dos escravos e a criação de uma mão-de-obra livre e urbana, a preocupação com a infância pobre que perambulava pelas ruas começou a ganhar espaço.

Segundo Rangel e Vago Cristo (2004)³, a justiça para menores teve sua origem com o Código de Menores consolidado em 1927. Pretendia-se restringir o acesso e a permanência nas ruas de pessoas caracterizadas como “desclassificadas”. O movimento jurídico, social e humanitário, que tornou possível a legislação especial para “menores”, veio com o objetivo de manter a ordem almejada, à medida que, ao zelar pela infância abandonada e “criminososa”, prometia “extirpar o mal pela raiz”, livrando a nação de elementos “vadios e desordeiros” que em nada contribuíam para o progresso do país. Em 1979 o código foi reformulado e recebeu não somente a inspiração dessa teoria menorista da situação irregular, mas também do regime totalitarista e militarista então vigente no país, e manteve tais concepções, apesar de elaborado já sob a influência da Declaração dos Direitos da Criança de 1959. Essa doutrina definia um tipo de tratamento e uma política de atendimento que variavam do assistencialismo à total segregação e onde, via de regra, os “menores” eram simples objetos da tutela do Estado, sob o arbítrio inquestionável da autoridade judicial. Essa política fomentou a criação e a proliferação de grandes abrigos e internatos, onde ocorria toda a sorte de violação dos direitos humanos.

Por tudo isso, o foco da preocupação, de diferentes grupos sociais, por vezes ficou centrado nas questões das crianças e dos adolescentes em situação de risco, que emergiu como tema de extrema gravidade e desencadeou grande mobilização social na década de 1980, em nosso país.

Essa mobilização gerou, a partir da Constituição de 1988, um novo olhar que culminou com a criação e apro-

³Artigo Os direitos da Criança e do Adolescente, a lei de aprendizagem e o terceiro setor in: Terceiro Setor: fundações e entidades de interesse social_Vitória: CEAF 2004. Coleção do Direito ao Averso, V.4. Texto encontrado no site: http://www.prt17.mpt.gov.br/n_aprendiz.html. Acessado em 30 de agosto de 2008.



vação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 (Lei nº 8069). Desde então, as crianças brasileiras, sem distinção de raça, classe social, ou qualquer outra forma de discriminação, passaram de objetos a sujeitos de direitos, considerados em sua peculiar condição de pessoas em desenvolvimento e a quem se deve assegurar prioridade absoluta na formulação de políticas públicas e destinação privilegiada de recursos nas dotações orçamentárias das diversas instâncias político-administrativas do país.⁴

Desde então, de acordo com o ECA, cabe ao Estado assegurar aos jovens dois tipos de políticas públicas conforme o seu perfil: aos que se encontram em situação de abandono ou vítimas de qualquer tipo de negligência, abuso, exploração e maus tratos são dirigidas **medidas de proteção social**,⁵ e aos que cometem atos infracionais ou entram em conflito com a lei são aplicadas as **medidas sócio-educativas**.⁶ Nesse sentido, o percurso do lugar institucional do tema criança e adolescência no Brasil teve inúmeras variações, “desde uma perspectiva correcional e repressiva, visando proteger a sociedade de crianças e adolescentes em ‘situação irregular’, até uma visão de garantias de direitos, com o intuito de oferecer proteção integral” (SILVA, 2004).

O Estatuto da Criança e do Adolescente dita outro lugar para esse conjunto de pessoas, sublinhando a

⁴ **Art. 2.º** Considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela doze e dezoito anos de idade. Com seguridade de tratamento diferenciado para ambos.

⁵ **Art. 98.º** As medidas de proteção a criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I- Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II- Por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III- Em razão de sua conduta. **Art. 100.º** Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

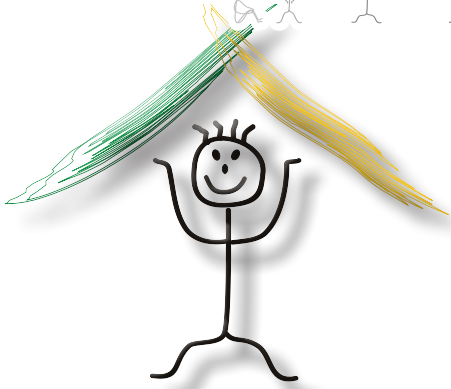
⁶ **Art. 86.º** A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulados de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

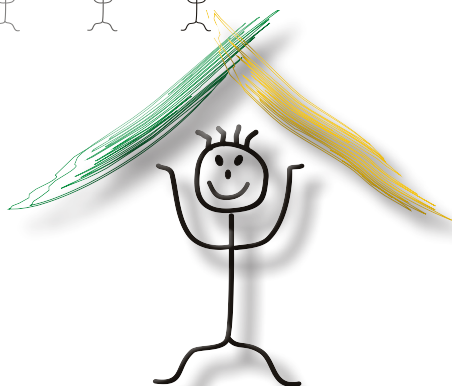


igualdade de direitos. Em consequência dessa mudança, verificou-se uma renovação nas práticas dos que atuam no campo da elaboração e execução de políticas voltadas para esse público. Mas o que representou de fato no país essa nova forma de perceber a criança e o adolescente? Como isso ao longo dos anos vem sendo assimilado pela sociedade e pelo Estado? Como esses direitos têm sido garantidos? Tanto o poder público (OG's) como as organizações privadas (ONGs) têm se debruçado sobre a questão, dividindo entre si as mais variadas iniciativas e formas de atendimento. Para tanto, o que nos interessa saber é como, mesmo depois de todas essas mudanças, as instituições têm percebido e têm tido "controle" da situação da moradia de rua vivenciada por crianças e adolescentes.

Cabe a ressalva de que ao traçar o esboço dessa infância se terá como pano de fundo não apenas "o plano achatado da falta de residência" (MILITO, 1995), e sim um pano de fundo de questões densas ligadas à moral, ao físico e ao psicológico dessas crianças e adolescentes.

A leitura dessa investigação propiciará ao leitor o acesso ao panorama do conhecimento produzido nas capitais brasileiras sobre a condição das crianças e dos adolescentes que se inventam como sujeitos nesse habitat.





1

PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

1.1 Estratégia Metodológica

A coleta de dados para fomentação desta pesquisa foi realizada de agosto a novembro de 2008. Para dar conta do objetivo da investigação, a proposta metodológica procurou subsidiar a contento a busca pelos censos realizados, entre os anos 2000 e 2008, das crianças e dos adolescentes em situação de (moradia nas) ruas⁷ que têm sido produzido nas capitais brasileiras. Nesse sentido, informações foram levantadas de modo a ser possível compreender como o fenômeno tem sido interpretado e consequentemente, intervindo. Apesar da aparente arbitrariedade no recorte temporal, ele se fundamenta no contexto em que esses oito anos se desenham depois da primeira década de aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente. Isso é interessante, pois proporciona, a partir da apropriação dos materiais pretendidos, fazer um passeio pelas instituições e perceber como estas têm se organizado, ao longo desses

⁷ O termo será assim colocado durante o decorrer do texto para contemplar tanto a definição de situação de rua quanto a de moradia na rua.



anos, para atender ao que preconiza esta lei. Já o alongamento até o ano 2008 deu-se em virtude de ter sido esse o ano em que a pesquisa foi realizada. Do ponto de vista de seus objetivos, o estudo se caracteriza como um diagnóstico descritivo, com base em dados fornecidos via canais de comunicação formal e informal. Segundo Menezes e Silva (2001), o canal informal de comunicação é a parte do processo invisível ao público. É caracterizado por informações disponibilizadas por contatos pessoais, conversas telefônicas. O canal formal, que é a parte visível (pública) do sistema de comunicação científica, está representado pela informação publicada em relatórios, livros, etc. Vale salientar que os canais informais não são oficiais nem controlados, e os formais são oficiais, públicos e controlados por uma organização. No entanto, ambos são importantes no processo de construção do conhecimento, pois cumprem suas funções como meio de disseminação de informação, além de convergirem para um saber mais amplo do objeto em estudo.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa divide-se em Pesquisa Documental e Pesquisa Bibliográfica (GIL apud MENEZES E SILVA, 2001).⁸ Destacamos, a seguir, detalhamentos dos processos adotados em relação às estratégias gerais para o levantamento dos dados desejados. Seguem as etapas percorridas:

1.1.1 O critério de acesso aos contatos

A etapa **primeira** contemplou o rastreamento dos contatos que a Campanha Nacional “Criança não é de rua” já possuía, em virtude dos lançamentos desta em algumas capitais. A **segunda** correspondeu às buscas na internet por contatos que ainda não tinham sido travados pela

⁸ Pesquisa Bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet. Pesquisa Documental: quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico.



Campanha. Nesse sentido, tratamos de conhecer os sites das prefeituras municipais e governos estaduais na perspectiva de viabilizar o estabelecimento dos primeiros contatos com as secretarias de assistência social, bem como procuramos nos inteirar sobre as instituições não-governamentais, núcleos de estudos das universidades e conselhos de direitos que também direcionam seus trabalhos para esse público.

1.1.2 Instrumentos utilizados para o levantamento de dados para execução da pesquisa

Feito o levantamento exaustivo dos possíveis contatos, nesta etapa, ocupamo-nos de entrar em contato via telefone com todas as capitais fazendo a solicitação verbal do material desejado (levantamento estatístico do número de crianças e adolescentes moradores de rua e/ou pesquisas referentes a esse público realizado em suas localidades), em seguida, enviamos por email uma solicitação por escrito para cada uma das entidades contactadas.⁹

Além das pesquisas e dos dados estatísticos, buscamos informações em jornais e por fonte verbal. Com essas duas últimas fontes, conseguimos contemplar a grande maioria das capitais e obter informações de cada uma delas.

Aqui também foi contemplado o levantamento bibliográfico de produções passíveis de contribuir para a discussão teórica do problema em questão.

1.1.3 Procedimentos de acompanhamento e controle da coleta de dados

Concomitante aos pedidos, redigimos todas as informações passadas registrando dia, instituição, os profissionais que nos deram algum direcionamento sobre a problemática e o cargo por eles ocupados.

Ao final das atividades supracitadas realizamos um levantamento do material já disponibilizado e retornamos

⁹ Ver relação das entidades em anexo.



os contatos com quem ficou de repassar as informações e ainda não tinha realizado. Em virtude disso, esperamos mais um mês na expectativa que mais pesquisas/dados chegassem às nossas mãos, conforme as promessas dos responsáveis pelas instituições das quais solicitamos.

1.1.4 Categorias adotadas para alcance das informações

Vale lembrar que o nosso interesse quando da realização desta pesquisa girava em torno da procura por estudos e/ou levantamentos estatísticos que trouxessem a quantificação do público de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas. Em conformidade com nosso objetivo, fomos obtendo acesso aos dados.

Para tanto, a consecução das informações nos colocou a frente de vários tipos de produção de quantificação, desde os que se posicionaram quanto à questão apenas verbalmente, sem estudo prévio, até os que disponibilizaram pesquisas bem elaboradas e analisadas.

De acordo com os discursos verbais (comunicação informal) e o esquadramento das informações escritas (comunicação formal), categorizamos a produção alcançada, sobre esse tipo de vivência em cada capital, em quatro tipos, a saber:

▣ Comunicação Formal:

1. PESQUISA- DIAGNÓSTICO: cidades que disponibilizaram pesquisas que se propuseram a examinar o conjunto de dados produzidos, ou seja, pesquisa que contemplam além das estatísticas, as análises delas. (Porto Alegre (2004), Teresina (2004), Fortaleza (2007, 2008), São Paulo (2007), Recife (2005), Rio de Janeiro (2007), Aracaju (2007) e João Pessoa (2008)).
2. LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO: Cidades que disponibilizaram pesquisas/levantamentos com-



postos apenas dados estatísticos. Aqui foram disponibilizadas tanto pesquisas, quanto quantificação dos números de atendimentos de alguns programas que direcionam suas atividades para o público em estudo. (Belo Horizonte (2007), Natal (2002), Florianópolis (2008), Vitória (2008), Maceió (2002, 2004), Goiânia (2008), São Luís (2004), Salvador (2007) e Belém (2008), Porto Velho (2008)).

3. FONTE JORNALÍSTICA: Cidades em que o acesso aos dados foi conseguido por fontes jornalísticas (Aracaju (s/d), Goiânia (2002), Curitiba (2007), Recife (2008)).

▣ Comunicação Informal:

1. Cidades que disponibilizaram informações apenas por meio da oralidade (Rio Branco, Macapá, Boa Vista, Palmas, Campo Grande, Brasília).

Por fim, o passo seguinte foi realizar um arrolamento dos dados conseguidos e dividi-los para leituras e análises.

1.2 No curso da investigação

1.2.1 *(In)definições*: o tratamento do conceito

Durante a manutenção dos contatos em busca dos dados sobre a situação da criança e do adolescente em situação de moradia nas ruas, deparamo-nos com vários tipos de definição acerca dessa questão, de tal forma que não raro éramos interrogadas: “mas o que vocês chamam de criança e adolescente morador de rua?”

Diante desses constantes questionamentos, não poderíamos abdicar da discussão sobre o conceito que, conforme averiguação, tem se apresentado de múltiplas formas e entendimentos nas mais variadas capitais brasileiras. Verifica-se que a política de atendimento a crianças



e adolescentes em situação de rua tem encontrado dificuldades para dar conta do público ao qual se propõe lutar para promover e garantir os direitos legalmente assegurados. Dentre as dificuldades apontadas destaca-se a complexidade para definir esse público, que não se apresenta com fronteiras fixas. Na literatura sociológica, é possível o passeio por vários tipos de interpretações sobre o que é ser criança e adolescente em situação de moradia nas ruas. Ela dá indícios da complexidade do fenômeno, enfatizando as fronteiras e peculiaridades desse universo. Delimitar conceitos nativos e discriminar categorias de classificação social operadas pelos agentes em universos limítrofes são partes fundamentais deste quebra-cabeça.

Dentro de uma definição não essencialista¹⁰ do que é ser criança e adolescente, percebe-se como essa categoria tem mudado de sentido ao longo dos tempos e têm adquirido especificações. As identidades são cambiantes tanto nos contextos sociais como nos sistemas simbólicos por meio do qual damos sentido às nossas próprias posições. Em parte significativa da literatura levantada para a realização desta pesquisa, foi possível observar que a discussão sobre a falta de um conceito consensual sobre criança e adolescente em situação de moradia de rua não é um fenômeno recente. Ao revisitar os estudos sobre o tema, Rizzini & Butler (in: RIZZINI, 2003) afirmam que há registros da presença de crianças na rua, no âmbito da historiografia nacional, pelo menos desde o séc. XIX, geralmente referendadas como “física e moralmente abandonadas em vias públicas” (p.17). Já na década de 30 do século passado, em sua clássica obra *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freyre faz referência ao que denominou “moleques”, aludindo a crianças encontradas perambulando pelas ruas.

¹⁰ Uma definição não essencialista prestaria atenção também as formas pelas quais a definição daquilo que significa ser “determina coisa” têm mudado ao longo dos séculos, ou seja, não existe um conjunto cristalizado de características que não se alteram ao longo do tempo. Para aprofundar tal questão ver SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva de estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 12-16.



No âmbito das políticas públicas, somente na década de 40, no governo de Getúlio Vargas, é que o Estado cria o Departamento Nacional da Criança, objetivando coordenar em âmbito nacional as atividades de atenção à infância. Já no que diz respeito à atenção aos “menores desvalidos e infratores” (VOLPI, 2001, p.27), criou-se, em 1941, o Serviço de Assistência ao Menor, o famigerado SAM. A existência de crianças e adolescentes pobres era vista como uma disfunção social a ser corrigida e para tanto, o SAM aplicava o seqüestro social:

retirava compulsoriamente das ruas crianças e adolescentes pobres, abandonados, órfãos e infratores e os confinava em internatos isolados do convívio social, onde passavam a receber um tratamento extremamente violento e repressivo. (VOLPI, op. cit., p. 27).

As notícias de maus-tratos ultrapassavam as fronteiras dos internatos e outras instituições, promovendo uma onda de protestos de cidadãos e de grupos que passaram a denunciar as atrocidades dessas instituições. No entanto, o golpe militar de 64 adiou o sonho de modificar o tratamento à infância e à adolescência. O SAM foi substituído pela Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM), nascida no interior da Escola Superior de Guerra (ESG), reproduzindo uma prática assistencialista, repressiva, que deu continuidade ao tratamento desumano. Sob novas fachadas, internatos continuaram funcionando constituindo-se na rede nacional de Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEMs), resistentes até hoje em algumas capitais.

O final da década de 70 e início da subsequente constituíram-se em um marco histórico para a atenção e problematização dos “menores abandonados”. A transição do regime ditatorial para a democracia, apesar de não refletir uma situação socioeconômica ideal, contribuiu para o afloramento de movimentos sociais, dentre eles aqueles que voltavam sua atenção para a situação de crianças e adolescentes “abandonados”. Surge, assim, uma nova vi-

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



sibilidade dessa população, sendo então retratada como “a geração da rua” (RIZZINI & BUTLER in: RIZZINI, 2003). A elaboração da Constituição Federal de 88 e, consequentemente, a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, marco nacional no que diz respeito aos direitos e deveres de crianças e adolescentes, considerados agora como sujeitos que merecem prioridade absoluta por conta de sua condição especial de desenvolvimento, são frutos dessa mobilização.

A realização de pesquisas sobre o tema colaborou para a desmistificação de aspectos até então considerados inerentes à “geração da rua”. Em 1991, por exemplo, a publicação “O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80”, realizada por cientistas sociais, constatou que muitos “menores abandonados” na verdade não eram abandonados, pois em sua maioria viviam com seus familiares, mas precisavam desde cedo ajudar no seu sustento e no de sua família com atividades desempenhadas nas ruas. Outro fato relevante foi quanto ao número de crianças em situação de pobreza, os chamados “menores”. Diferente do que se acreditava à época (1991), eles não eram minoria, constituindo-se, na verdade, na metade da população entre zero e 17 anos (RIZZINI & BUTLER in: RIZZINI, 2003).

O significativo aumento das produções, acadêmicas ou não, sobre o tema nas décadas de 80 e 90 proporcionou a problematização de questões tais como a construção de uma tipologia de crianças e adolescentes em situação de rua. Mark Lusk, pesquisador americano que realizou pesquisa no Rio de Janeiro com 113 crianças e adolescentes, subdividiu o conceito de “crianças de rua” da ONU¹¹ em quatro grupos, levando em consideração distintos índices de escolaridade, criminalidade, diferentes estruturas familiares e relacionamentos com as famílias e a rua. São eles:

¹¹ [...] qualquer menina ou menino [...] para quem a rua (no sentido mais amplo da palavra, incluindo habitações desocupadas e terrenos abandonados, etc.) tenha tornado seu lar e/ou uma fonte de sustento, e que não é devidamente protegido, supervisionado ou orientado por adultos responsáveis (LUSK apud RIZZINI & BUTLER, 2003, p. 21).



(1) trabalhadores de rua com bases familiares: constituídos de jovens que vivem com suas famílias e precisam ir à rua trabalhar para ajudar no sustento; (2) trabalhadores de rua independentes: envolvimento maior com a “cultura da rua” para o sustento e outras atividades, laços familiares começam a se deteriorar; (3) crianças de rua: não possuem mais vínculos familiares; (4) crianças de famílias de rua: ficam os dias inteiros com a família na rua, principalmente com a mãe (RIZZINI & BUTLER, op. cit).

Concomitante à tentativa de uma definição mais clara da população em foco nas ruas, esforços com o intuito de quantificar este grupo também se fizeram presentes. No entanto, os dados diferiam muito de acordo com a fonte. Um artigo da revista norte-americana *Time*, em 1978, afirmou que havia dois milhões de crianças brasileiras “abandonadas pelo país” (HETCH apud RIZZINI & BUTLER, op. cit. p. 22) enquanto o Fórum de Idéias da Unicef, em 1984 indicava o exorbitante número de 30 milhões de crianças em situação de rua. No entanto, a estimativa mais aceita na década de 80 era a de sete milhões, fato replicado tanto em relatórios institucionais e jornalísticos, quanto em estudos acadêmicos. A disparidade na contagem tem como um de seus principais motivos a deficiência conceitual e estratégias metodológicas diferenciadas.

Na tentativa de dar conta desse fenômeno, um documento foi produzido no Encontro Mundial promovido pelo UNICEF, em 1989, em Bogotá, que afirma:

‘meninos de rua’ são crianças e adolescentes até 18 anos que habitam zonas urbanas; têm vínculos familiares débeis, quando os têm; desenvolvem habilidades e destrezas de sobrevivência; têm na rua seu habitat principal, substituindo a família como fator essencial de crescimento e socialização; e estão expostos a riscos consideráveis e específicos.

Em relação aos “menores em estratégia de sobrevivência” são caracterizados como crianças e adolescentes até 18 anos que mantêm vínculo familiar; realizam atividades destinadas a



garantir seu sustento, que tanto podem estar incluídas na economia formal como na informal ou mesmo na marginal; se desenvolvem fora do núcleo familiar, na rua ou fora dela; recebem ou não remuneração, que pode ser em dinheiro, espécie ou serviço; e o que recebem pode ser para si, para seu grupo de referência ou para terceiros.¹²

Atentando a outras formas de intervenção que não focassem estritamente na contagem de crianças e adolescentes em situação de rua, é possível observar a construção de pesquisas que trabalham com histórias de vida dessa população, preocupando-se com o sentido da singularidade proporcionada pela vivência nas ruas. Geralmente aliando trabalho de campo em principais pontos de circulação de meninos e meninas em situação de rua e a escuta de suas histórias de vida, enfatiza-se “processos ‘particulares’ que recortam as experiências de vida, elucidam modos de ver, pensar e agir de determinada época protagonizada por atores específicos” (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1994, p. 9). A história oral de vida dos meninos de Salvador foi escutada e problematizada por Ataíde (1991). Partindo do contato com 121 crianças e adolescentes que estão diariamente no centro da referida cidade, a autora afirma que, apesar das diferenças individuais encontradas entre os entrevistados, foi possível identificar quatro grandes grupos, quais sejam: (1) meninos trabalhadores na rua em contato permanente com a família; (2) meninos trabalhadores de rua com contatos ocasionais com a família; (3) meninos trabalhadores evadidos de casa, com perda dos referenciais familiares; e (4) meninos infratores afastados da família e sem referenciais familiares.

Utilizando metodologia semelhante, porém fazendo referência a outro Estado da Região Nordeste, o livro “Histórias de Meninos e Meninas de Rua em Fortaleza” (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1994) valeu-se de histórias

¹² Fonte: www.inovando.fgvsp.br/conteúdo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2013.pdf. Acessado em 30 de Agosto de 2008.



de vida dos referidos “atores das ruas” (op. cit, p. 14) com o intuito de mapear as localidades de maior concentração, assim como suas estratégias de sobrevivência nas ruas. A tipologia construída para englobar os “meninos e meninas de rua” levou em consideração o conceito de “tipo ideal” do sociólogo Max Weber (REFERÊNCIA E NOTA), resultando em duas categorias ideais: (1) menino (a) que mora na rua, exercendo sobre os demais certo tipo de liderança sendo, portanto, reconhecido por parte representativa das crianças que freqüentam a mesma área; e (2) Menino (a) que fica na rua parte do seu tempo e não perdeu o vínculo com a família, também obtendo reconhecimento de considerável número de meninos (as) que ocupam o local. Observa-se que a ênfase dada no relacionamento com a família, com o trabalho e com as situações ilícitas norteiam a construção das tipologias supracitadas, correlação geral-mente utilizada na literatura em questão.

A década de 90, período histórico marcado pela implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069), que passou a considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e deveres ao invés de meros objetos de tutela do Estado, foi palco de intensas mudanças de paradigmas em relação à compreensão do fenômeno social aqui discutido:

Por exemplo, o termo ‘menino de rua’, que inicialmente parecia abarcar a todos indistintamente, passou a incluir os ‘meninos nas ruas’, destacando o aspecto de transitoriedade de alguns; para depois se transformar em ‘meninos e meninas’, mostrando que existia uma preocupação com as diferenças de gênero. Nos últimos anos foi adotada uma nova série de termos denotando o caráter particular e efêmero da ‘situação’ em que se encontram essas crianças, como por exemplo: crianças em circunstâncias especialmente difíceis, crianças em situação de rua, crianças em situação de risco ou de vulnerabilidade (RIZZINI & BUTLER in: RIZZINI, 2003. p. 36-7).

Neste sentido, e ademais dos dados em questão, a Campanha Nacional Criança Não É de Rua refere-se à pro-



blemática afirmando que crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas são aqueles que “têm seus direitos fundamentais violados, que estão entregues à própria sorte e sobrevivem nas ruas e praças das grandes cidades brasileiras, expostos a toda forma de violência” (CAMPANH A NACIONAL CRIANÇA NÃO É DE RUA).

Esse “turbilhão” de ressemantizações colaborou para que novos elementos fossem questionados, fugindo de explicações previamente dadas, em sua maioria relacionadas necessariamente com desestruturação familiar, pobreza e uso de substâncias ilícitas. A rua, longe de ser compreendida como único espaço de socialização desse público, seria apenas um dos múltiplos espaços, “concorrendo” com aqueles de diversas instituições como escolas, abrigos, ONG’s, etc.

A miséria e a violência, de acordo com Lucchini (in: RIZZINI, 2003), não são fatores suficientes para explicar a partida de uma criança e/ou adolescente para a rua. O autor enfatiza que a percepção subjetiva da violência foge a qualquer tipo de determinismo, variando de um indivíduo ao outro. Ao considerar um fator de modo isolado (por exemplo, ausência de adultos responsáveis), esse nada poderia explicar: “O que liga os fatores entre si, o que faz um fator se tornar um acontecimento, se transformar em ruptura, tudo isso depende do sentido que a criança e seu meio lhe atribuem” (p. 51). O caráter conflitante dos diversos campos envolvidos, a ausência de complementaridades e a natureza vaga de seus limites influenciam tanto o ritmo de deslocamento de um campo para outro, quanto o distanciamento do lar e os retornos.

Diógenes (2003) ressalta que é através dos corpos, marcas, atitudes que os emblemas referentes a um estilo moderno tomam forma, cor e movimento. O ser criança e adolescente em situação de moradia de rua, portanto, é marcado por uma apresentação de estilo, através da representação de uma imagem e de um modo de ser que lhes é próprio. São indivíduos que, no imaginário social, transgridem, rompem com a ordem considerada legítima e ocupam um lugar diferenciado física e simbolicamente.



Sabendo que “as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2000), os meninos e as meninas que estão em situação de moradia na rua carregam em si diversos símbolos. Dentre eles, a menoridade que garante o atendimento, e como marca simbólica, carregam o estigma de viver na rua.

A forma como os meninos e as meninas lidam com seus corpos ao se expor a riscos e a ações que muitas vezes geram violência, seja como vítimas ou como vitimizadores, ter (in)consciência do limite do desejo e da vontade na vivência cotidiana em um espaço público e ter (in)consciência de uma privacidade, são questões que permeiam a vida destas crianças.

Não é possível afirmar, no entanto, que uma dessas concepções até agora discutidas ocupa um lugar privilegiado nas pesquisas coletadas para o presente trabalho. Diversas representações coexistem, construídas de acordo com as formas de abordagem desse público no âmbito acadêmico e das políticas públicas de cada uma das capitais brasileiras e do Distrito Federal, fato que ficará mais claro quando da análise do material coletado.

Nesse sentido, a intenção desse estudo não é dizer quem está certo ou errado em relação ao conceito que adota, e sim, expor mais um elemento que corrobora com a importância de se indagar minuciosamente de forma articulada e acordada, nacionalmente, sobre a realidade em questão.

1.2.2 Panorama Institucional: limites e possibilidades

Conforme anteriormente citado, o ECA insere um conjunto de medidas inovadoras no que diz respeito ao atendimento prestado às crianças e aos adolescentes, dentro do que se chama Doutrina da Proteção Integral.

Tendo como pano de fundo essas diretrizes respaldando que as políticas públicas destinadas a esse segmento devem estar de acordo com os parâmetros estatutários e sob a observação e participação da sociedade civil, cabe



a nós analisar e trazer para a discussão o contexto em que essas políticas têm sido executadas.

As informações aqui compartilhadas são frutos dos contatos mantidos com as entidades quando em busca dos dados que nos interessavam para o desenvolvimento desta pesquisa. Nesse sentido, esboçaremos um panorama do que encontramos de mais relevante nos discursos e nas práticas dos agentes institucionais como medida auxiliar para compreensão da trama organizacional.

Segundo Fairclough (2001),

a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas.

Assim sendo, é interessante perceber como as práticas discursivas são construídas a partir de onde se fala e como elas se diferenciam de modo a garantir, pelo menos em parte, a identidade de cada um que fala.

Nesse sentido, resguardando o lugar de onde se fala, revelamos as distinções entre os discursos advindos das OG's e das ONG's. Sabendo, que aquela representa uma resposta à lei e esta uma iniciativa da sociedade civil para amenizar os problemas que as OG's não têm conseguido resolver.

No campo das OG's, defrontamo-nos com a burocracia. A burocratização dos cargos que são então definidos por uma jurisdição que controla as práticas sociais e fixa padrões. As divisões dos cargos, bem como a pouca flexibilização são elementos fundantes dentro desse modelo de administração. Conseqüentemente, há quem cuide da execução dos direitos e dos deveres, aqueles que se submetem à dominação racional legítima, que é a do Estado, de forma que a especialização para o exercício dos cargos é claramente determinada.

No exercício da investigação era constante nas falas a idéia da hierarquização, dos papéis bem definidos, de



quem pode fazer o que e até onde se pode fazer, ações típicas do modelo de administração burocrática. Quando solicitávamos o material que nos interessava a alguém que não tinha autorização para fazer a liberação, o NÃO POSSO era corriqueiro, como ilustra essa fala de uma assessora da secretaria de Assistência Social: “A gente até tem esses dados, mas só posso liberar com autorização da secretária, eu sou apenas a assessora dela, você entende, né?!”. Essa questão é interessante porque ela está intimamente ligada à outra, também revelada pelas organizações governamentais e corroborada pela ONG’s. Para além da burocracia, tivemos outras dificuldades de acesso às informações sobre os dados referentes à situação de moradia nas ruas por crianças e adolescentes. Fomos frequentemente “lembradas” que a data da realização da pesquisa não era oportuna, tendo em vista ser concomitante ao período eleitoral de concorrência para os cargos municipais (prefeito e vereador), sinalizando que a administração teria restrição de publicar, nesse período, os indicadores referentes ao problema.

Referido fato nos faz crer na inexistência desse tipo de controle social, na medida em que, as ações das gestões públicas, segundo o Direito Administrativo, devem ser caracterizadas, dentre outros princípios, pelo da publicidade,¹³ portanto, em existindo esse controle, não há, dentro do Direito, restrição para publicização à sociedade.

No campo das ONG’s, a falta de informações era justificada pela dificuldade para custeio permanente das ações que se propõem a realizar. A maioria delas se mantém por doações privadas não dispondo de recursos constantes. O panorama acima descrito parece refletir o que Gregori e Silva (2000) denominam de “arenas de disputas presentes nas práticas de atendimento aos meninos de rua” (p.10). As dificuldades encontradas na elaboração e implementação de políticas direcionadas à população em

¹³ O princípio da publicidade é a divulgação dos atos administrativos para conhecimento público e início de seus efeitos externos. A publicidade é requisito de eficácia de qualquer ato administrativo.



foco não dizem respeito somente à possível escassez de recursos ou de uma política governamental uniforme, mas também a uma disputa no que se refere ao campo do poder, legitimidade e recurso.

Ademais desse retrato, destacamos outras figurações que ajudam a compor a estrutura dos espaços de atuação em questão. Em algumas capitais, verificamos a presença de redes de atendimento que atuam articuladamente OG e ONGs,¹⁴ conforme recomenda ECA. Todavia na maioria das cidades confirmamos a inexistência delas e mesmo nas que existem, há muitas com dificuldade de comunicação, trocas e complementaridades entre ações. No campo jurídico, constatamos que os Conselhos de Direitos Municipais e Estaduais, bem como os Fóruns da Infância e Juventude são muito distantes do movimento real e cotidiano dos trabalhos desenvolvidos com o público em estudo. Durante o desenvolvimento da pesquisa fomos percebendo que a desarticulação é um fato. A falta de um canal de comunicação, trocas e complementaridade de ações entre OG's e ONG's que atuem nesse campo com as Universidades, também é uma realidade. A base de dados no campo acadêmico sobre o aspecto da questão social estudada ainda é limitado. É relevante ressaltar que, além das deficiências no plano institucional e da complexidade que a vivência nas ruas carrega, outros elementos se somam a essa realidade. Dentre eles, verifica-se a imprecisão dos dados estatísticos relativos a esse segmento de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas.

A maioria da sociedade brasileira, através dos censos nacionais, que são baseados em critério domiciliar, tem visibilidade social, já a população da qual o estudo trata está à margem, inclusive, dos estudos que são realizados pelas instituições oficiais e nacionais de pesquisas, tais como IBGE,¹⁵ IPEA, etc. Em sendo assim, “os meninos de rua trazem em si a marca do fracasso coletivo, social e po-

¹⁴ Como por exemplo, Fortaleza (Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua) e João Pessoa (Rede Margarida).

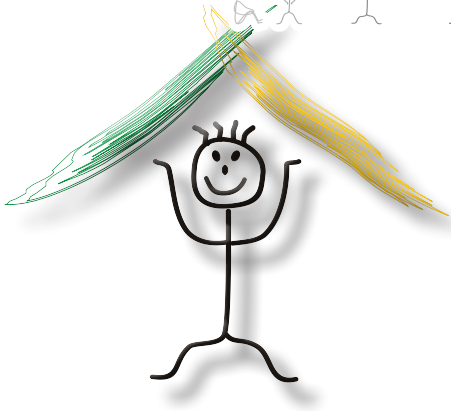


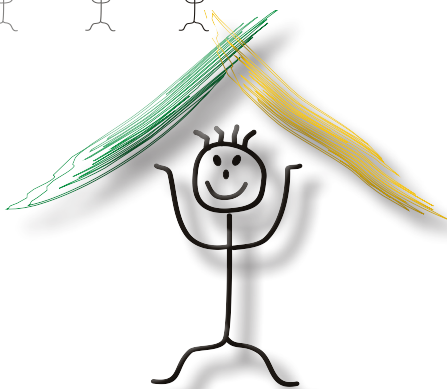
lítico” eles ameaçam nossa condição ao exibirem de forma inquestionável uma outra face da sociedade e a questionarem, pela sua presença coletiva, “qual a verdadeira, qual a excepcional?” (MILITO e SILVA, 1995, p. 30).

Diante desse contexto, é relevante discutir como os meninos e meninas de rua têm sido pensados pelas instituições brasileiras. Somente assim, estaremos no rumo de responder a questão: Como propor uma investigação unificada e permanentemente atualizável que seja capaz de envolver múltiplos atores, em todo o território nacional, que atuam no campo do atendimento e no campo acadêmico com público em estudo?

Essas questões aqui colocadas estão de alguma forma, contempladas nos estudos e levantamentos que tivemos acesso. Por fim, justifica-se a importância desse trabalho na medida em que, a partir do material coletado, somos capazes de apresentar parte significativa do conhecimento produzido para a problematização, acompanhamento e elaboração das políticas públicas para criança e adolescente em situação de moradia nas ruas.

¹⁵ Tem como critério de pesquisa a referência domiciliar.





2

O UNIVERSO INTERPRETADO

No universo pesquisado, deparamo-nos com um tipo de informação formal, como citado na metodologia, a pesquisa-diagnóstico, que se caracteriza pela tentativa de discorrer sobre a situação da criança e do adolescente em situação de (moradia nas) rua de uma maneira mais analítica. Nelas a interpretação dos dados, bem como a busca pelo entendimento do objeto pesquisado, têm lugar. Os meninos e meninas vistos por esse ângulo são mais que puramente números, já que aspectos relacionados a seus contextos (trabalho, lazer, estratégias de sobrevivência, entre outros) são problematizados ao invés de meramente computados.

Ao analisar as informações, percebemos o quão importante é colocá-las para dialogar. A comunicação entre esses mundos foi promovida por meio de uma costura cuidadosa como quem tece ponto por ponto de uma renda. Assim como uma renda, em que vários desenhos são possíveis de serem elaborados, também é essa arte de delinear as trocas. Compete-nos agora mostrar o produto dessa tessitura.

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



A seguir serão apresentadas as pesquisas que se enquadram nesse perfil de pesquisa-diagnóstico de que trata esse item:

Tabela 1 – Referências das pesquisas (Cidade, Ano, Título e Realização)

CIDADE	ANO	PESQUISA	REALIZAÇÃO
Fortaleza	2007	Pesquisa Anual sobre a Vivência de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas de Fortaleza	Equipe Interinstitucional de Abordagem Rua em parceria com o Laboratório de Estudos da Violência da UFC
Fortaleza	2008	Diagnóstico Sócio-Econômico de crianças, adolescentes e adultos moradores de rua na cidade de Fortaleza	Grupo de Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (UECE) em parceria com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado/CE
Aracaju	2007	Caracterização da população em Situação de Rua	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) em parceria com o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe
Porto Alegre	2007	Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua na Grande Porto Alegre	Laboratório de Observação Social (LABORS) da UFRGS em parceria com a Fundação da Assistência Social e Cidadania (FASC)
Teresina	2004	Crianças e Adolescentes em Situação de Rua	Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Criança e Adolescente da UFPI em parceria com a Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente de Teresina

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



CIDADE	ANO	PESQUISA	REALIZAÇÃO
São Paulo	2007	Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Rio de Janeiro	2007	Levantamento da População em Situação de Rua na Cidade no Rio de Janeiro	Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro
Recife	2005	Censo e Análise Qualitativa da População em Situação de Rua na Cidade do Recife/2005.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com Prefeitura do Recife (Instituto de Assistência Social e Cidadania-IASC), UFPE – Departamento de Psicologia, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/PE e Organização do Auxílio Fraternal/SP.
João Pessoa	2008	Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na Cidade de João Pessoa	Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de João Pessoa em parceria com UFPB.

Nas produções supracitadas, é possível observar a frequente parceria de órgãos do poder público, algumas ONG's e as universidades públicas, fato que possivelmente demonstre um maior esforço em direção a pesquisas de cunho mais amplo e mais aprofundado. No entanto, comparando com o total das pesquisas as quais tivemos acesso, nota-se que esse tipo de produção não é freqüente, concorrendo com outros que focam em censos ou levanta-

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



mentos de tipologias puramente quantitativas. Levando-se em conta o universo das 27 capitais e o Distrito Federal, apenas 8 apresentam estudos com o tipo de investigação em questão.

No decorrer das análises das pesquisas-diagnóstico, é possível observar tanto similitudes quanto divergências em sua forma de conceituar crianças e adolescentes em situação (de moradia) de rua, metodologia, tipologia e outras questões relevantes.

A preocupação em **capacitar as equipes de pesquisa** é citada naquelas referentes às capitais de Pernambuco (2005) e São Paulo (2007), fato não muito corriqueiro no conteúdo das demais. Espaços para a realização de pré-testes, esclarecimento de dúvidas e construção dos instrumentais de trabalho parecem mostrar um maior engajamento quanto à qualidade da intervenção a ser realizada. Em “Censo e Análise Qualitativa da População em Situação de Rua na Cidade do Recife (2005)”, por exemplo, o número final de categorias-tipo de “organização comunitária na/para vivência na rua” (op. cit., p. 10) foi estabelecido após ser discutido em dois grupos: (1) educadores de rua e técnicos e (2) coordenadores da área de pesquisa quantitativa, com significativa experiência de intervenção social com população de rua.¹⁶

▣ Conceito

Conforme relatado anteriormente quando da explanação da problematização, em virtude de toda trajetória que sofreu a determinação do conceito e sendo ele em si, cambiante, as pesquisas aqui apresentadas representam com exatidão o não consenso das denominações.

¹⁶ O número final das referidas categorias passou de cinco para três ao final das discussões, quais sejam: (1) grupos de famílias, (2) grupos de crianças e adolescentes e (3) grupos de homens e mulheres adultas (RECIFE, 2005).



Tabela 2 – Público-alvo e Conceito

CIDADE / ANO	PÚBLICO ALVO	CONCEITO
1. Fortaleza (2007)	1. Crianças e Adolescentes de 0 a 18 anos em situação de moradia nas ruas 2. Crianças, Adolescentes, Adultos e Idosos moradores de rua.	1. Pelo menos dois dias e duas noites fora de casa e vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. 2. São os que romperam totalmente com a família e a referência de moradia é a rua
2. Fortaleza (2008)		
Aracaju (2007)	Crianças, jovens e adultos, de 0 anos a acima de 75, em situação de rua.	Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular.
Porto Alegre (2004)	Crianças e Adolescentes, de 0 a 18 anos, em situação de rua.	Crianças e adolescentes em situação de rua são aqueles identificados pela sociedade, pelas instituições, pelas organizações sociais e por seus próprios pares como tais. Para fins da abordagem, a diferenciação entre as categorias de e na rua foram pontos de partida importantes.

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



Teresina (2004)	Crianças e Adolescentes, de 0 a 18 anos, em situação de rua.	Segmento que faz da rua (vias, mercados públicos, praças, estacionamentos, rodoviária, etc.) seu espaço de moradia, lazer ou prática de pequenos furtos, configurando isto, uma das faces perversas da problemática social urbana.
São Paulo	Crianças e Adolescentes de 7 a 18 anos em situação de rua.	Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular. (conceito subentendido dos dados).
Rio de Janeiro (2007)	Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos em situação de rua.	Pessoas que têm a rua como local de moradia e pessoas que as usam como local de pernoite provisório, uma vez que possuem referência domiciliar e encontram, nas ruas, suas estratégias de sobrevivência.
Recife (2005)	Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos, de 0 a acima de 60 anos, em situação de rua.	Vivem nas ruas e têm vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.



CIDADE / ANO	PÚBLICO ALVO	CONCEITO
João Pessoa (2008)	Crianças e Adolescentes, de 0 a 18 anos, em situação de rua.	São meninos e meninas que ocupam as ruas e passam a maior parte do dia ou noite nelas (dormindo ou não), em busca de moradia, renda, alimentação, local de repouso, lazer, com ou sem vínculo familiar, desacompanhadas ou acompanhadas de adultos, famílias ou responsáveis.

As investigações acima retratam as disparidades quando da opção do objeto estudado, bem como dos conceitos a eles atribuídos ou por eles atribuídos (isso depende da metodologia adotada para classificar os sujeitos). É comum um dado e específico entendimento do que seja a situação de (moradia nas) ruas por crianças e adolescentes, o que possibilita uma escolha localizada do público pesquisado.

Maria Filomena Gregori (2000) destaca que a imprecisão dos dados estatísticos está sempre unida à dificuldade de definição do que é ser menino de rua, pois na rua a situação das crianças e dos adolescentes é bastante instável e variável. “As definições são genéricas e contemplam uma diversidade considerável de situações de maior ou menor vínculo familiar e de maior ou menor vivência circulante na rua” (Idem, 21). Essa dificuldade de entendimento, sem dúvida, interfere no conceito que as entidades adotam para classificar o público a ser atendido e/ou pesquisado, bem como torna a proposta de políticas públicas mais complicada do que se pensa.

A escolha da faixa etária para os censos ou outros tipos de intervenção com as crianças e adolescentes

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



em situação de (moradia) de rua apontam diferentes recortes de idade, o que certamente influencia na quantidade e qualidade de dados significativos sobre esse público. O “Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo” (2007) definiu como uma de suas estratégias metodológicas a exclusão de crianças com menos de 7 anos de idade de suas entrevistas, incluindo aqueles de 7 a 17 anos. A justificativa para tal escolha foi a de que o entrevistado “deveria estar em condições de responder às perguntas, mas sua recusa ou a do adulto que o acompanhasse deveria ser respeitada” (op. cit., p.9). Portanto, infere-se que o número anunciado pelo censo privilegiou uma contagem não só quantitativa, mas também qualitativa, já que a escuta desse público constitui-se como fator relevante para a pesquisa. Por outro lado, ao desconsiderar que as crianças menores de 7 anos possuem outras formas de comunicação que não a fala considerada “coerente” pelos adultos, observa-se certa postura adultocêntrica em relação à infância.

Se crianças de 0-7 anos (SÃO PAULO, 2007) são excluídas dos censos, cabe perguntar se esse tipo de invisibilidade não acarretaria em políticas públicas para determinadas crianças, deixando de problematizar a situação daquelas consideradas muito pequenas ou inaptas para responderem por si mesmas.

Outras pesquisas, no entanto, mesmo que excluam crianças muito pequenas de suas entrevistas, incluem-nas em seus censos, por vezes com a ressalva de que as referências de respostas de crianças abaixo dos sete anos de idade seriam dadas pelo acompanhante /responsável maior do que essa idade (RECIFE, 2005).

Nesse sentido, o que queremos chamar atenção é para a importância de uma pesquisa que possa dar conta desse universo de maneira uniforme tanto quanto ao público quanto em relação ao conceito. Pois, a forma como essas informações se apresentam hoje no cenário nacional, não permite travar análises comparativas, nem a criação de uma política nacional baseada em dados coletados de maneira comum.



▣ Metodologias (Recorte Geográfico- Temporal)

A metodologia de uma pesquisa é parte fundamental porque ela é quem dita o como fazer e qual o caminho percorrido para o alcance dos resultados encontrados. Dessa forma, alguns elementos se apresentam como essenciais para a construção da estratégia metodológica, dentre eles ressaltamos o recorte geográfico-temporal para pensar um pouco sobre o nosso objeto em análise.

Tabela 3 – Recorte Temporal e Geográfico

CIDADE	RECORTE TEMPORAL	RECORTE GEOGRÁFICO
1. Fortaleza (2007)	1. Todo o ano de 2007.	Fortaleza
2. Fortaleza (2008)	2. Abril, Maio e Junho de 2008.	Fortaleza
Aracaju	A pesquisa de campo foi realizada em um período de dois dias, 24 e 25 de maio de 2007, de acordo com os seguintes horários: no primeiro dia, das 18 às 22 horas e das 20 à 00 hora. No segundo dia, das 7:30h às 12:30h e das 13 às 18h.	Aracaju
Porto Alegre	A primeira parte da pesquisa, o cadastramento, iniciou-se em 15/06/04 em Viamão e encerrou na segunda quinzena de agosto, em Gravataí. (2 meses de pesquisa de campo). A aplicação dos instrumentais foi realizada entre as 11h e as 01h da madrugada.	Cidades: 1. Alvorada 2. Cachoeirinha 3. Canoas 4. Esteio 5. Gravataí 6. Porto Alegre 7. Viamão



CIDADE	RECORTE TEMPORAL	RECORTE GEOGRÁFICO
Teresina	A pesquisa de campo foi realizada de Maio de 2001 a março de 2002.	Teresina
São Paulo	A pesquisa de campo foi realizada em oito dias, no período de 16:00h às 20:00h.	
Rio de Janeiro	A pesquisa de campo foi realizada de 12 de abril a 27 de setembro de 2007. Iam para as ruas sempre as quintas-feiras, depois de 21h.	16 áreas da cidade do Rio de Janeiro
Recife (2005)	A pesquisa de campo foi realizada durante o mês de novembro de 2005, de 9-21h.	
João Pessoa	A pesquisa de campo foi realizada em Dezembro, 3 dias (quarta, sexta e sábado) durante 24 horas.	João Pessoa

Em consonância com as outras tabelas, esta mostra mais uma vez a dessemelhanças em relação ao período e à área de investigação. Ademais, quando tomamos por análise esse tópico, percebemos uma relação estreita entre o que está descrito na tabela e o número de crianças e adolescentes em situação de (moradia nas) ruas encontrado em cada umas das cidades supracitadas.

O quantitativo também difere substancialmente, sobretudo quando se tem em conta os conceitos, o público-alvo e as metodologias diferenciadas que foram adotadas para coleta deles.



Tabela 4 – Quantitativo de crianças e adolescentes em situação de (moradia na) rua

Cidade	Quantitativo de crianças/adoles.	Situação
1. Fortaleza (2007)	411	Moradores de Rua
2. Fortaleza (2008)	76	Moradores de Rua
Aracaju	166	Em Situação de Rua
Porto Alegre	637	Em Situação de Rua
Teresina	1358	Em Situação de Rua
Teresina	10	Moradores de Rua
São Paulo	815 (de 7-18 anos)	Em Situação de Rua
Rio de Janeiro	347	Em Situação de Rua
Recife (2005)	368	Em Situação de Rua
João Pessoa	1256	Em Situação de Rua

❑ Objetivos

No que tange ao porquê da tessitura desses dados, apresentamos os objetivos que cada um expõe como forma de justificar o trabalho realizado. Nesse sentido, percebemos, segundo a tabela abaixo, semelhanças interessantes entre as proposições investigadas.

Tabela 5 – Objetivos da Pesquisa

Cidade	Objetivos
1. Fortaleza (2007)	1. Mapear o problema e pensar políticas para tratá-lo
2. Fortaleza (2008)	2. Mapear o contingente populacional de crianças, adolescentes e adultos moradores de rua em Fortaleza e compreender as dinâmicas de produção deste fenômeno social e pensar política para tratá-lo.



Cidade	Objetivos
Aracaju	Atualizar os dados do mapeamento de 2001 e proceder a uma caracterização dos segmentos que vivem da e na rua, no referido município.
Porto Alegre	Recensar, conhecer os modos de vida e as representações que correspondem ao “mundo social” desta população infanto-juvenil, bem como identificar seus perfis socioeconômicos e culturais, mapear os locais por ela utilizados, identificar estratégias de sobrevivência e de sociabilidade; estudar suas representações coletivas, seus desejos, suas demandas e sua visão de mundo.
Teresina	Subsidiar ações do Estado e da sociedade Civil no âmbito das políticas dirigidas ao segmento em foco
São Paulo	Mapear a frequência, circulação e estratégias de sobrevivência de crianças e adolescentes em situação rua para subsidiar políticas públicas.
Rio de Janeiro	Mapear pontos de concentração e identificar as pessoas denominadas de forma generalizada, sem que as particularidades sejam levadas em consideração, como população de rua.
Recife (2005)	Realizar pesquisa censitária e de análise qualitativa sobre a população em situação de rua na cidade de Recife que possibilite fazer generalizações acerca desse grupo populacional, subsidiar a formulação e reformulação de políticas públicas efetuando comparações posteriores.
João Pessoa	Não consta na apresentação da pesquisa que tivemos acesso

A apresentação dos intuídos desvela uma relação de proximidade entre as pesquisas. Apesar de terem sido realizadas em tempos diferenciados, com públicos diferentes e metodologias díspares, as preocupações em torno do mapeamento para melhor execução das políticas públicas aparecem em boa parte delas.

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



Com a ressalva que uns se propõem ir além do mapeamento. Estes tiveram como meta, também, adentrar no mundo das representações, como no caso de Porto Alegre e Fortaleza 2. Isso denota que mesmo de forma pouco numerosa, algumas capitais estão despertas para o entendimento do público em foco cada vez mais amplo e complexo.

Entretanto, cabe a interrogação: por que essa preocupação não é geral em todas as capitais? Qual o motivo da falta de interesse em estudar com mais afinco essa realidade? Seria interessante, uma iniciativa do governo federal que abrangesse todos os estados como forma de alerta para essas questões.

▣ Resultados

Os resultados encontrados em todas as pesquisas estudadas serão de fundamental relevância para a compreensão do fenômeno criança e adolescente em situação de (moradia nas) ruas, tendo em vista, que nesse tópico é que serão apresentados os perfis encontrados em cada cidade. Ademais das informações seguintes, fica a ressalva do quão é necessário para o enfrentamento do problema o conhecimento maturado dessa especificidade de vivência.

Apesar das divergências anteriormente citadas e dos poucos estudos que permitem visualizar a condição desses meninos e meninas de modo mais contundente e claro, algumas semelhanças entre os estudos são encontradas. De forma geral serão salientados os principais pontos em comum entre os diagnósticos realizados.

Ao olhar as nove (9) pesquisas a partir do recorte de gênero é possível chegar à constatação de que, em todas, **o número de crianças e adolescentes do sexo masculino supera o do sexo feminino.** Em “Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua na Grande Porto Alegre (2004)”, o contingente de meninos identificados chega à média percentual de 79% do segmento, em con-



traposição a apenas 21% de meninas. A realidade de São Paulo (2007), mais especificamente nas áreas da subprefeitura de Pinheiros e do Programa Ação Centro, não difere muito da supracitada: 77,7% das crianças e adolescentes em situação de rua são do sexo masculino. A cidade de Recife (op. cit.), apesar de apresentar um número menor de meninos relacionados às outras pesquisas, ainda ultrapassa em mais da metade o de meninas, contando com, respectivamente, 68,11% e 31,89%. Em João Pessoa (2008) o número de meninos também supera e muito o de meninas, 81,8% aqueles e 18,2% estas.

Entre as explicações sugeridas para esse fenômeno, a “Pesquisa Anual sobre a Vivência de Crianças e Adolescentes em Situação de Moradia nas Ruas de Fortaleza” (2007) aponta o fato de a rua ser tradicionalmente associada com o espaço público e este com o masculino, enquanto a casa com o espaço doméstico, relacionando-o ao feminino. Apesar dos avanços conquistados pelas mulheres nas últimas décadas, esse imaginário parece ainda estar presente na cultura de muitas capitais brasileiras.

No decurso das nove pesquisas, observou-se que a frequência de diferentes componentes no grupo familiar das crianças e adolescentes em foco revela que as configurações de famílias encontradas diferem do tradicional modelo “mãe-pai-filhos”. Os rearranjos encontrados parecem apontar para estratégias de sobrevivência face às dificuldades de moradia, emprego, ausência de um dos cônjuges ou dos próprios pais, entre outras.

Na “Pesquisa Anual sobre a Vivência de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas de Fortaleza (2007)”, quando perguntados sobre qual o **modelo de família** de onde advém, a opção “modelo monoparental”, com destaque para a presença da mãe, foi a mais enfatizada. Em “Crianças e Adolescentes em Situação de Rua em João Pessoa” (2008), 71% dizem morar com mãe, enquanto que os que afirmam morar com o pai o percentual fica em torno dos 47%. Já em “Perfis e mundo das crianças e adolescentes em situação de rua na Grande Porto Alegre



(2004) optou-se por não impor ao entrevistado um conceito de família. Por isso, primeiramente perguntava-se quem eles consideravam como sendo de sua família e, após, sobre a existência de outros membros na unidade familiar e se estes membros moram de fato com o entrevistado. Dos 94,4 % que disseram ter mãe, 81,5% a citaram como membro da família. Dos 77,4% que referem ter pai, apenas 48,8 % consideram este como membro de sua família. Mesmo que a mãe esteja presente em todos os discursos, a autoridade parental parece deslocar-se de “pai e mãe” para “irmãos”, principalmente, entre crianças.

Esses dados revelam e servem como exemplo para ilustrar que mesmo que a presença da mãe nos discursos seja quase maciça isso não quer dizer, necessariamente, que as relações mãe-filho sejam harmoniosas, já que a violência doméstica é acusada, nas pesquisas supracitadas, como um dos fatos preponderantes para a ida à rua.

A **sociabilidade nas ruas** é outro aspecto de grande relevância, já que há uma pluralidade de configurações possíveis de formas de se agrupar e de se relacionar. A pesquisa de São Paulo (2007) identificou três situações: (1) os que ficam sós; (2) os que ficam com outras crianças e adolescentes em situação de rua; e (3) os que ficam acompanhados de adultos. A grande maioria da população pesquisada (76%) convive geralmente com grupos compostos por crianças e adolescentes em situação de rua (56,4%). Alguns (24,6%) são acompanhados de parentes (irmãos, primos) e 31,8% acompanham-se de outras crianças sem relação de parentesco. Os que declararam ficar sozinhos na rua correspondem a 17,8%. No que diz respeito ao total dos que ficam nas ruas acompanhados por adultos (24%), aqueles ficam na companhia de familiares (pais, mães, avós, tios) correspondem a 12,4%, enquanto 11,6% acompanham-se de pessoas sem relação de parentesco.

Em Porto Alegre (2004), quando esses meninos e meninas estão na rua, convivem com companheiros ou amigos (40%) ou “agregados de irmãos” (22,2%), perfazendo um percentual significativo de convívio entre pessoas



de confiança. Agregando a esse quantitativo os 15,3% que afirmam conviver com pais ou irmãos, perfazem quase 80%. Porém, chama atenção a quantidade que passa maior parte do tempo sozinha, 12,7%. Em Teresina (2004), os dados revelam uma tendência de concentração de crianças e adolescentes do sexo masculino nas formas de presença individual, com 32,1%, e em grupo (colegas), com 25,85%, enquanto que entre as do sexo feminino a maioria se encontra entre as que estavam em presença da mãe, com 6,26%. Nessa capital, as mulheres estão, quase sempre, acompanhadas de familiares, enquanto os homens, em sua maioria, não estão.

Tendo como referência os aspectos citados, é interessante destacar os **motivos** que levam essas crianças e adolescentes a compor esse tipo de vivência. Os problemas familiares vinculados à falta de infra-estrutura (miséria) e a violência são bastante citados tanto pelos que moram como pelos que apenas trabalham na rua. “A saída de casa para as ruas significa fuga de ambiente hostil” (PORTO ALEGRE 2004), assim, “parece não haver pior inimigo que seus parentes” (MILITO E SILVA, 1995: 40). Ademais, outras respostas são apresentadas, tais como ameaças na comunidade, consumo de drogas ilícitas (FORTALEZA 2007, RECIFE 2005, RIO DE JANEIRO 2007) e necessidade de trabalhar (JOÃO PESSOA 2008).

Em todas as pesquisas encontra-se referência sobre o **uso de drogas** e algumas delas especificam o tipo de droga utilizado. Nesse sentido, o crack, maconha, cola, solvente, cocaína, etc, aparecem como as substâncias utilizadas por esse público (FORTALEZA 2007, 2008; RECIFE 2005). Nas concernentes à Fortaleza, segundo os pesquisadores que delas fizeram parte, há uma grave deficiência no atendimento a crianças e adolescentes que sofrem de dependência química, pois não há, em todo o Estado do Ceará, equipamento público que contemple esse grave problema de saúde pública.

O **nível de escolaridade** das crianças e adolescentes em questão é incrivelmente semelhante nas ca-



pitais cujas informações tivemos acesso. Grosso modo, o ensino fundamental parece ser o limite de acesso no que diz respeito à educação formal desse segmento. As causas apontadas são variadas. A pesquisa de São Paulo (2007) aponta para uma tendência das crianças em situação de rua a deixarem de freqüentar a escola à medida que vão ficando mais velhas: “A rua pode tornar-se mais importante ou mais atraente que os bancos escolares, ou talvez se apresente como situação inevitável” (op. cit, p. 15). Na realidade recifense, 68,5% concluíram até a 8ª série ou pararam de estudar (RECIFE, 2005). Na capital paraibana, 92% do público pesquisado tem entre 7 e 18 anos, destes 61% estão cursando ou cursaram o ensino fundamental.

Os meninos em situação de rua (trabalham e retornam para casa) freqüentam mais tempo a escola, em comparação aos que moram. Em Teresina (2004) e em Porto Alegre (2004) a moradia de rua aparece nas falas meninos como motivo de interrupção dos estudos, ou seja, o abandono escolar pode ser percebido também quando as crianças e os adolescentes fixam referências mais permanentes na rua. Trabalhar na rua pode não significar necessariamente o rompimento com a formação escolar, mas certamente interfere sobremaneira na dinâmica de socialização e apropriação da escola como uma instituição importante para o desenvolvimento social e intelectual desses agentes.

Outro ponto a ser apresentado diz respeito à **idade** desse público. Em todas as nove pesquisas, o número de adolescentes é superior ao número de crianças. Em Fortaleza (2008) foram identificadas nove (9) crianças e sessenta e sete (67) adolescentes, Em Teresina (2004), em virtude da pesquisa ter englobado todo tipo de situação de rua os números apresentados são maiores, porém é possível visualizar o quantum de cada segmento foi abordado, 636 crianças até doze anos e 722 adolescentes até 17 anos. No Rio de Janeiro (2007), assim como em Teresina, os dados referem-se à população em situação de rua, naquele foram contabilizados 231 adolescentes e 115 crianças.



Essa situação denota que sendo menino trabalhador ou morador, o número de adolescentes sempre se sobrepõem ao de crianças. Talvez isso se dê por todo o significado que a criança adquiriu nas últimas décadas e por isso, seja mais protegida da família e consequentemente mais de “casa” que os adolescentes. Além do que, os adolescentes dispõem de uma autonomia relativamente maior, física e simbolicamente.

A **área de permanência** dos meninos e das meninas que estão em situação de moradia nas ruas é condensada em espaços de grande fluxo de pessoas, dividindo-se entre praças, terminais e praias (FORTALEZA 2007, 2008; RIO DE JANEIRO, 2007; PORTO ALEGRE 2004, JOÃO PESSOA 2008).

No que tange às **situações de vivência nas ruas** aparecem diversos tipos de atividades que por vezes se entrecruzam. Assim sendo, são crianças e adolescentes que estão perambulando e/ou pedindo e/ou trabalhando e/ou furtando e/ou a traficando e/ou brincando e/ou usando drogas. Seguindo essa lógica, Maria Filomena Gregori (2000), compreende que:

os meninos e meninas circulam e se viram na rua na tentativa de manipular recursos simbólicos e identitários para dialogar, comunicar e se posicionar, o que implica a adoção de várias posições: comportam-se como ‘trombadinha’, como ‘menor carente’, como sobrevivente, como adulto, como criança... (p.31) .

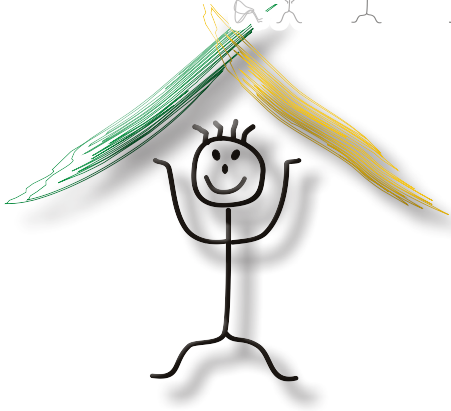
Nesse sentido, eles incorporam as diferentes representações sociais e acabam por encenar ações de acordo com a situação que lhes for mais conveniente, pois a circulação e a permanência desses agentes nas ruas, é possível em virtude de uma manipulação adequada de certos códigos que permite o trânsito entre a infração e mendicância. Portanto, a rua que os classifica é também um espaço de vivência em que eles encontram lugar “simbólico, identitário e material”. (op.cit., p. 101).

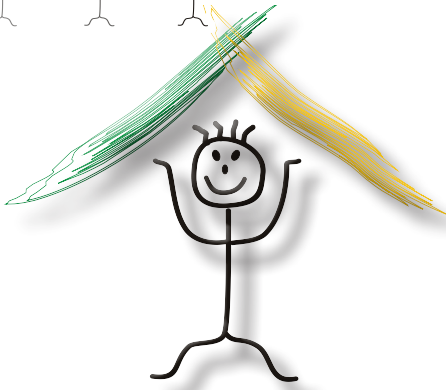
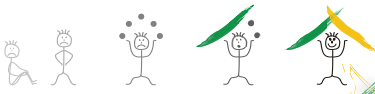
A Rua é o meio que favorece o contato com o desconhecido, onde por vezes se está desprotegido, mas é pra



onde se tem corrido quando a Casa se apresenta também como lugar desprotegido. O “desmoronamento” da representação da casa como o lar aconchegante e dos pais como os protetores é o que passa a orientar as ações seguintes, ou seja, esse desmantelamento leva à procura de outro abrigo e, nesse caso, o mais buscado é a rua.

Esse panorama no faz pensar o quão é necessário voltar o olhar para a especificidade da criança e do adolescente em situação de (moradia nas) ruas, bem como revela o quão ainda precisa ser feito para que o problema seja sanado. Ressaltando sempre que nem todas as cidades do Brasil têm sequer conhecimento mais estruturado sobre essa problemática.





3

O UNIVERSO DA PUREZA ESTATÍSTICA

Uma boa rendeira possui o conhecimento sobre a renda, é capaz de explicar todos dos passos da confecção de seu artesanato e sabe o porquê de determinado ponto produzir determinado desenho. Diferentemente desse tipo de rendeira, a tessitura dos dados que teremos aqui não nos permite conhecer o desenhar que dá forma ao produto final, pois os levantamentos estatísticos revelam de maneira geral os produtos prontos do atendimento ou da pesquisa, sem analisar o que está expondo deixando os que deles se apropriam com muitas interrogações.

Apesar de ser uma informação formal, os dados referentes a esse tópico não permitem análises aprofundadas, pois nem sempre é possível compreender o processo de composição das estatísticas. Aqui serão dispostas informações que nos foram disponibilizadas e que correspondem a pesquisas em que não se tem conhecimento das estratégias metodológicas nem da problematização quando da opção por determinado conceito. Além disso, estão contemplados dados que dizem respeito ao atendimento prestado por algumas organizações.

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



Tabela 6 – Referências das Pesquisas e Relatórios (Cidade/Ano/Pesquisa/Realização)

CIDADE	ANO	PESQUISA/ RELATÓRIO	REALIZAÇÃO
Belo Horizonte	2007	Crianças e Adolescentes nas ruas em Minas Gerais	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, SEDESE, Prefeituras Municipais
Belém	2008	Relatório final do levantamento da situação de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas em Belém	Prefeitura de Belém/ Fundação Papa João XXIII
Natal	2002	Caracterização Psicossocial de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Município de Natal	Núcleo de Estudos Sócio-Culturais da Infância e Adolescência, do Curso de Psicologia da UFRN em solicitação do JIJ
Florianópolis	2008	Estatísticas de crianças e adolescentes abordados, de janeiro a julho, pelo Projeto Abordagem de Rua da Prefeitura Municipal	Equipe de Abordagem de Rua da Prefeitura
Vitória	2008	Número de crianças e adolescentes abordados nos anos 1997-2007 e quantitativo de meninos que dormem nas ruas.	Acolhimento e Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua
1. Maceió	2002	Levantamento Quantitativo de Meninos e Meninas nas Ruas de Maceió	Núcleo Temático da Criança e do Adolescente (NTCA) – UFAL, Centro Erê e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



CIDADE	ANO	PESQUISA/ RELATÓRIO	REALIZAÇÃO
2. Maceió	2004	Base de Dados da Pesquisa Caracterização da Criança e do Adolescente em Maceió	Núcleo Temático da Criança e do Adolescente (NTCA) – UFAL
Goiânia	2008	Estatística de atendimento da Unidade Equipe de Rua, de junho a agosto de 2008.	Sociedade Cidadão 2000 pelos Direitos da Criança e do Adolescente
Manaus	2007/2008	Estatística das Abordagens da Central de Resgate Social	Central de Resgate Social, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SEMDIH)
São Luis	2004	Dados disponibilizados pela SEMCAS. Fonte: Observatório Criança 2004	Não tivemos acesso a essa informação
Salvador	2007	Estatística de Atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua em Salvador.	Programa da Prefeitura de Salvador (sem maiores esclarecimentos)
Porto Velho	2007	Estatística de crianças e adolescentes em situação de rua	SOS Criança /Secretaria Municipal de Assistência Social

No processo de levantamento de material junto às capitais, não raro deparamo-nos com pesquisas quantitativas nas quais não havia a interpretação das estatísticas divulgadas. Essa forma de intervenção acaba por obscurecer os processos percorridos por cada pesquisa para chegar aos resultados informados. Em determinados casos tivemos acesso a mais de uma pesquisa por capital, sendo estas parecidas quanto à sua forma de execução e interpretação dos dados ou não.

As duas oriundas de Maceió, referentes aos anos de 2002 e 2004, realizadas pelo Núcleo Temático da Criança e

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



do Adolescente da UFAL e parceiros, configuram-se como pesquisas eminentemente quantitativas. Interessante observar que a primeira delas, “Levantamento Quantitativo de Meninos e Meninas nas Ruas de Maceió”, apesar de deixar claro em seu título que se trata de uma abordagem estatística, fornece mais informações (ex.: objetivo da pesquisa) do que a segunda, “Base de Dados da Pesquisa Caracterização da Criança e do Adolescente em Maceió”. No entanto, em ambas nota-se a falta de explanação acerca do conceito e da metodologia utilizados.

O fato supracitado reflete-se na disparidade quanto ao número de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas de Maceió. O “Levantamento...” (2002), ao apresentar o quantitativo por turno, acaba gerando duplicidade dos dados já que não leva em consideração a possibilidade da frequência em mais de um turno. Os totais variam de 1019 (manhã) a 153 (madrugada), sendo impossível chegar a um total de crianças e adolescentes em situação de moradia nas ruas, independente do turno. Já a “Base de Dados...” (2004) identifica 196 meninos e meninas nessa situação, informação difícil de ser comparada com a da pesquisa anterior tanto por conta de quantitativos bastante diferenciados quanto pela falta de informações quanto aos processos metodológicos.

Ainda na região Nordeste, a “Caracterização Psicossocial de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Município de Natal” (2002), elaborada pelo Núcleo de Estudos Sócio-Culturais da Infância e Adolescência do Curso de Psicologia da UFRN, deixa claro em seus procedimentos metodológicos que os dados coletados serão submetidos à análise estatística, assim como avaliação qualitativa. No entanto, apesar de esclarecimentos teórico-metodológicos, no decorrer do relatório final depara-se com uma grande quantidade de informações quantitativas raramente seguidas de algum tipo de problematização. A proposta de caracterização do perfil deu-se a partir da categorização dos dados em: (1) identificação do sujeito, (2) família, (3) escolarização, (4) vida nas ruas e (5) ECA e programas



de atendimento. Apesar da relevância das categorias escolhidas, as informações advindas das entrevistas com 253 meninos e meninas resultam numa miríade de números em sua grande maioria descontextualizados.

Em Salvador, entramos em contato com a ONG Projeto Axé e a Prefeitura Municipal, no entanto não tivemos retorno dos dados solicitados. Apenas tivemos acesso a informações disponibilizadas acerca de um quantitativo referente ao atendimento de determinado projeto da prefeitura, porém sem esclarecimentos de qual seria. De acordo com email foram atendidos, em 2007, nas ruas de Salvador (centro, orla e centro histórico), 699 crianças e adolescentes.

Em relação à capital maranhense, optamos por re-produzir o texto presente no e-mail, tal qual nos foi enviado, por conta do teor confuso e desconexo de seu conteúdo. As informações disponibilizadas pela SEMCAS dizem respeito aos dados disponíveis em uma publicação do Observatório Criança/2004:

Na página 120 apresenta um quadro de número 18 – situações de violência apresentadas na qual informa: Vivência de Rua Ano 2000: 18 casos Ano 2001: 194 Ano 2002: 312 No item 5, dessa mesma publicação: Ações desenvolvidas na esfera municipal/FUMCAS/São Luís, sub-item 5.10, dados sobre o Projeto Construindo Cidadãos, que tinha como objetivo o restabelecimento dos vínculos familiares de crianças e adolescentes em situação de rua, apresenta as seguintes informações: Em 1998: Foram identificadas 1.571 crianças e adolescentes em situação de rua. As informações seguintes não falam em identificação, levantamento, etc. e sim em acompanhamento. 1999: acompanhamento e abordagem diária a 100 crianças e adolescentes nas áreas de abrangência do projeto; 2000: Realizada abordagem a cerca de 299 crianças e adolescentes em situação de rua; 2001: atendidas de forma sistemática 306 crianças e cerca de 200 adolescentes; 2002: 92 crianças e 309 adolescentes foram observados

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



nas áreas de intervenção da educação de rua e 45 crianças e 177 adolescentes do universo observado nas ruas foram acompanhados.

Segundo a responsável pelo repasse das informações, essas não estão uniformes e a cada ano estão redigidas de maneira diferente. Essa situação demonstra que não há políticas de atendimento para esse público fundamentais no conhecimento da realidade concreta onde atuam.

Em Belém, as informações contemplam mais aspectos do que apenas estatísticas sobre abordagens, reportando-se à faixa etária, sexo, condição familiar, situação de moradia na rua, uso de substâncias psicoativas e participação das famílias em programas de transferência de renda. A opção de enquadrar essa pesquisa neste tópico deu-se em virtude desta não revelar os fundamentos teórico-metodológicos nem os objetivos.

Nesta localidade, foram encontradas em algumas áreas da cidade, entre 02 e 10 de abril de 2008, “47 situações de crianças e adolescentes em situação de moradia de rua”. Destes, 81% são do sexo masculino e 19% do sexo feminino. Essa maioria masculina corrobora com todas as pesquisas a que tivemos acesso e que fazem esse recorte de gênero. Interessante observar que apesar da referência a situações de crianças e adolescentes em situação de moradia de rua, 100% dos entrevistados são adolescentes. Isso não quer dizer, segundo o relatório, que não existam crianças nas ruas de Belém, e sim que, nas áreas abordadas e no recorte temporal do levantamento, elas não foram encontradas.

Outras informações relevantes dizem respeito à atividade desenvolvida (88% são pedintes); à escolaridade (87% têm ensino fundamental incompleto); ao tempo de situação de moradia na rua (86% moram a mais de dois anos nas ruas); à preservação dos vínculos familiares (26% mantêm alguma forma de vínculo); ao consumo de drogas ilícitas (86% utilizam-nas todos os dias da semana).

Em Manaus, segundo dados da Central de Resgate Social, órgão vinculado SEMDIH, em 2007 foram aborda-



dos 130 crianças e adolescentes em situação de rua, sendo 13 crianças (até 11 anos) e 117 adolescentes (de 12 a 17 anos). Já no segundo semestre do corrente ano, as abordagens abrangeram 6 crianças e 88 adolescentes, somando 94 meninos e meninas em situação de rua. Mais uma vez as estatísticas não especificam os quantitativos referentes à moradia de rua nem como a entidade chegou a esses números revelados.

Além disso, ressaltam de maneira sucinta que a perda de laços afetivos e renúncia a responsabilidade sobre a criação e desenvolvimentos das crianças e dos adolescentes por parte dos pais são fatores relevantes que contribuem para a situação de risco social, dentre elas, a situação de rua.

A referida descontextualização também se fez presente nas informações recebidas das cidades de Florianópolis (2008), Vitória (2008), Goiânia (2008) e Porto Velho 2008. Estas não estavam contidas em pesquisas acadêmicas, mas em estatísticas oficiais de projetos/programas municipais ou estaduais. Na capital catarinense, a Equipe de Abordagem de Rua da Prefeitura informou, através do envio por e-mail de uma única tabela, que foram abordadas 43 crianças “em situação de rua” e 17 “dormindo na rua” nos meses de janeiro a julho de 2008. Em Porto Velho, também só foi enviada por email uma pequena tabela com alguns dados que não sabemos se diz respeito ao número de atendimento prestado pelo SOS ou se corresponde ao censo dos meninos e meninas. Assim sendo, afirma pontualmente existir 02 crianças de rua, 85 crianças na rua, 05 adolescentes de rua e 30 adolescentes de rua.

Em Vitória, a realidade não diferiu tanto da anterior. Não há, também, conceituação ou metodologia explicitados, mas apenas tabelas e números relativos às abordagens feitas pelo projeto Acolhimento e Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua, da Secretaria da Ação Social, e ao quantitativo de “meninos que dormem nas ruas”. De acordo com os dados tabelados e o texto do e-mail, o quantitativo dos que dormem nas ruas vem

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



diminuindo exponencialmente. Em 2008, o número, até setembro, foi de 30 crianças e adolescentes. Vale ressaltar que no texto do e-mail há a referência à “situação de rua” e “dormindo na rua”. No entanto, além de não haver exploração dos conceitos, as tabelas só se referem à segunda opção. Dados inconsistentes e confusos, frutos da falta de pesquisa/intervenção mais abrangente, fato reconhecido pelo próprio coordenador do projeto.

No contexto de Goiânia, a ONG Sociedade Cidadão 2000 pelos Direitos da Criança e do Adolescente, a partir da Estatística do Atendimento da Unidade Equipe de Rua, informou que 69 meninos e 11 meninas “em situação de rua” foram atendidos no mês de agosto. Também há referência a encaminhamentos feitos para abrigos, para o retorno à família ou cidade de origem, assim como para os Conselhos Tutelares. Apesar dos dados serem sucintos e não ser possível saber como as abordagens foram feitas, tem-se uma breve noção dos equipamentos existentes, nesta capital, para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua.

“Crianças e Adolescentes nas ruas em Minas Gerais” é a pesquisa que faz referência à realidade da capital mineira. Nesta, o objetivo era fazer uma estimativa e compreender as condições de vida e trabalho desses meninos e meninas, com foco no **trabalho infantil**. Para isso, definiram como público-alvo crianças e adolescentes que exerceram algum tipo de ocupação nas ruas e/ou com trajetória de rua.

Nesse levantamento, ressaltaram a complicação de definir o público, destacando como primeira grande dificuldade o pouco conhecimento acerca dessa população. Para execução da pesquisa fizeram parceria com entidades do poder executivo, judiciário e organizações não-governamentais. Foram contempladas 21 cidades, onde aplicaram 2519 questionários, destes 990 foi o número correspondente ao público de Belo Horizonte.

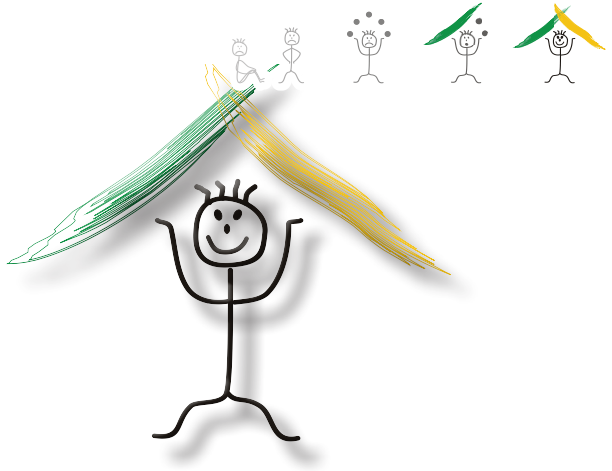
Não é possível, a partir do material que temos em mãos, destacar especificamente os números correspon-

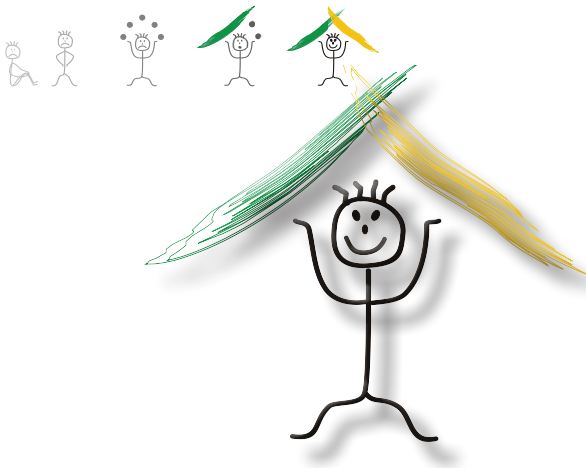


dentes à capital. No entanto, é válido ressaltar que dentro do perfil encontrado, aqui também, a quantidade de meninos (82,14%) supera em muito a de meninas (17,03%), que a grande maioria mora com a mãe (78,80%) e destas 77,19% não trabalham nas ruas. Ademais, 3,89% (97) dessas crianças e adolescentes das 21 cidades dizem dormir nas ruas, sozinho ou com amigos e 0,79% (19) nas ruas com os parentes. Outro dado interessante é que 23,28% começou a ficar nas ruas entre 0 e 7 anos de idade, 92,58% dizem fazer algo nas ruas para ganhar dinheiro e 75,66% dizem que freqüentam a escola, sobretudo os que trabalham somente pela manhã.

Essa investigação diz muito sobre o público ao qual se objetivou a pesquisar, todavia não nos apresenta informações específicas sobre moradores de rua, alvo do nosso interesse, nem revela as particularidades de Belo Horizonte. O que não deixa de ser o efeito, mais uma vez, da pouca produção de conhecimento sobre os meninos e as meninas que fazem da rua seu habitat.

A partir do contato com as 9 pesquisas/levantamentos (referentes a 8 capitais) contemplados nesse tópico, percebemos uma certa fragilidade no que tange ao conhecimento do público que atendem, o que pode ser considerado um reflexo da insuficiente relevância dada pelas políticas públicas a esse problema social.





4

O UNIVERSO DAS FONTES JORNALÍSTICAS

As fontes jornalísticas, no processo de contato com ONG's e OG's de todas as capitais e o Distrito Federal, por vezes foram o único meio de obtenção de informação sobre crianças e adolescentes em situação de (moradia) nas ruas. Convém ressaltar que algumas das capitais citadas possuem outras fontes que não as notícias de jornais.

Tabela 7 – Cidade e Fonte Jornalística

CIDADE	FORTE JORNALÍSTICA
Curitiba	Jornal Gazeta do Povo (13.04.07)
Recife	Só há a especificação de que se trata de notícia de 2008.
Brasília	Jornal de Brasília (22.01.01)
João Pessoa	Jornal da Paraíba (12.10.08)
Goiânia	Folha Online (05.03.02)
Aracajú	Correio de Sergipe (s/d)

Em Curitiba (2007), a manchete “Cai o número de crianças nas ruas” divulga levantamento feito pela Funda-



ção da Ação Social (FAS) no qual há um quantitativo de 172 crianças e adolescentes vivendo nas ruas. Desses, 161 têm entre 12 e 17 anos, corroborando com resultados de outras pesquisas aqui analisadas quanto ao maior contingente de adolescentes em relação ao de crianças. A grande incidência de consumo de drogas ilícitas também é enfatizada, já que 128 são usuários. Fala também da rede de abrigo do município, denunciando que abrigos acabam se tornando moradias permanentes, ao contrário do que preconiza o ECA.

Dentre as notícias que recebemos, uma delas não possui a data, mas, a partir do texto, infere-se que seja de 2008. Em “Crucificação simbólica alerta para a situação de crianças carentes”, de Recife, segundo dados do programa de reinserção social da prefeitura, o Travessia, 239 crianças (0-12 anos) e 138 adolescentes (13-17 anos) viviam nas ruas em 2007, somando 377 no total. Este número se assemelha ao da pesquisa de cunho quali-quantitativo, realizada em 2005 (vide tópico anterior), que apontou 368 crianças e adolescentes em situação de rua.

Já em João Pessoa (2008), a notícia “80 crianças e adolescentes vivem nas ruas” divulga dados da Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa (Sedes – PB) segundo os quais cerca de 80 meninos e meninas, das mais variadas idades, estão “espalhados” pela cidade. Especialistas escutados são unânimes em afirmar que o problema das drogas está no mesmo patamar que a desestruturação familiar como os principais motivos que os levam a “saírem de casa e viverem em situação de abandono nas ruas da cidade”. O jornal também noticia as sugestões e ações do poder público para gerir essa situação. De acordo com a Sedes, as medidas adotadas são: implantação de casas de acolhida (masculina e feminina), casa de passagem e a criação do Centro de Formação Margarida Pereira da Silva, responsável pela escolarização, qualificação profissional e humana dos abrigados nas casas de acolhimento. Já o juiz titular do Juizado da Infância e da Adolescência acredita que a educação em



turno integral seria uma alternativa em médio prazo para o enfrentamento desse problema social.

Mesmo com informações sobre a rede de atendimento existente e os possíveis motivos para a ida à rua, não é possível identificar o que consideram “meninos espalhados pela cidade”, se estes vivem exclusivamente nas ruas ou mantêm algum vínculo com a família e referência de moradia fora das ruas.

No que diz respeito à Aracaju (s/d), “Juizado discute estratégias para retirar crianças da rua” anunciou que o Juizado da Infância e da Juventude, juntamente com outras “entidades relacionadas”, discutiu sobre intervenções para reduzir o número de crianças e adolescentes nas ruas da Capital. Denominada “São Gabriel”, a principal ação seria realizada pelos Conselhos Tutelares da cidade. O número de “crianças nas ruas”, divulgado pela Secretaria de Assistência Social, é de 60. O Juizado, no entanto, acredita que esse número é bem maior. De acordo com o Ministério Público Estadual, em muitos casos a própria família estimula seus filhos a pedir ou trabalhar nas ruas para conseguir dinheiro ou comida.

A falta de consenso quanto às informações parece demonstrar que as entidades que lidam com o público em questão não estão frequentemente em diálogo. Esse fato dificulta a ação em rede de diferentes esferas do poder público, aspecto que torna difícil uma intervenção mais contundente, melhor elaborada e, conseqüentemente, mais eficaz.

No contexto de Goiânia, em 2002, “Número de meninos de rua em Goiânia aumenta 40%”, notícia obtida através do jornal eletrônico “Folha Online”, informou que, levando-se em conta esse aumento nas ruas de Goiânia e nos municípios do entorno de Brasília, um plano de emergência seria desenvolvido para tratar da questão dos “menores em situação de risco”. Autoridades de proteção a crianças e adolescentes, entidades assistenciais e quatro prefeituras seriam os principais atores dessa estratégia de enfrentamento. Segundo levantamento feito pela



Sociedade Cidadão 2000 no ano de 2002, 140 “menores” (119 meninos e 21 meninas) viviam nas ruas dessas cidades. O número contrasta com o do ano anterior (102) e mais ainda com o referente ao ano de 2000 (85). Comparando com as informações referentes a 2008, descritas no tópico anterior, nota-se uma grande discrepância, já que o número apresentado pela Sociedade Cidadão 2000, no mês de agosto, foi de 80. O termo “menor”, abolido desde a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, é bastante utilizado na notícia, inclusive por autoridades ligadas a órgãos de defesa da criança e do adolescente.

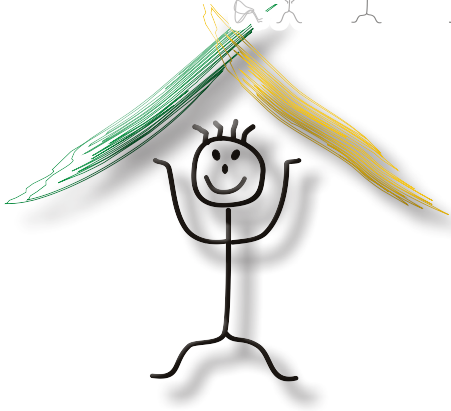
Em “Número de crianças e adolescentes que vivem nas ruas do DF é maior que o de adultos” (2001), segundo estatísticas da Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho do Distrito Federal, 315 meninos e meninas “vagavam” pelas ruas da cidade, superando o número de maiores de idade, 282. A responsável pelo levantamento, psicóloga da Secretaria, afirmou que 90% dessas crianças e adolescentes têm família. As razões para abandonar os lares seriam: pais dependentes de drogas, negligência, violência e abuso sexual. O consumo de drogas é feito por 70% desse segmento. A psicóloga também atenta para a situação dos abrigos do Distrito Federal, em número de 11, estarem superlotados.

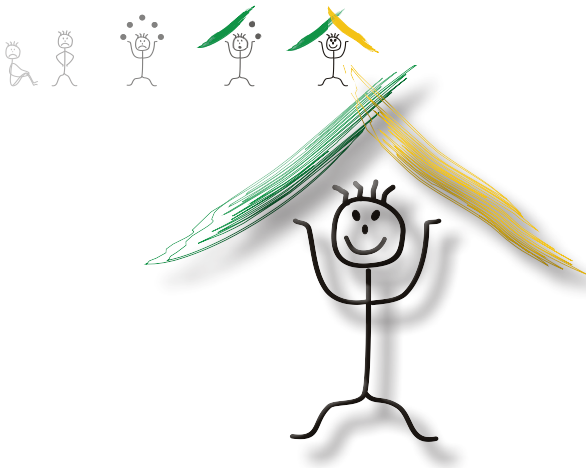
É possível encontrar semelhanças e disparidades quanto ao tipo de informações encontradas nas fontes jornalísticas. Formas diferentes de conceituar o fenômeno em questão, trajetória das informações e mesmo a falta de conhecimento de conceitos que não são mais utilizados ao referir-se à criança e ao adolescente são bastantes presentes. Divergências entre operadores do poder público, abrigos lotados e o aumento constatado de meninos e meninas nas ruas podem denotar que as estratégias adotadas não estão surtindo o efeito esperado.

Notícias de jornais, apesar de sua indubitável importância no cotidiano de todas as pessoas, não são, no entanto, espaços suficientes para um diagnóstico apro-



fundado sobre a situação em questão. Esta tarefa deveria, em primeiro lugar, ser iniciativa dos governos municipais, estaduais e federal, bem como das universidades e sociedade civil organizada. A comunicação entre essas esferas é essencial para a elaboração de políticas públicas para crianças e adolescentes que vivem em situação (de moradia) de rua.





5

O UNIVERSO NO CAMPO DA ORALIDADE

As informações aqui apresentadas foram conseguidas via conversa telefônica e pela interação efetiva das pesquisadoras com as organizações responsáveis pelo atendimento a crianças e adolescentes. O canal informal de comunicação, por ser um tipo de informação privada (telefone e contato pessoal), muitas vezes, não permite que a informação seja armazenada, comprovada nem recuperada.

Para tanto, optamos por discorrer sobre esse tipo de dado por acreditar ser relevante para a consecução desta pesquisa. Neste sentido, a reprodução dos discursos será a estratégia utilizada, pois verificar o poder dos discursos e a força das expressões entendendo que lugar elas ocupam na construção das coisas sociais, também é tarefa nossa.

Tabela 8 – Cidade e Fonte da informação

CIDADE	FONTE DA INFORMAÇÃO
Rio Branco	Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



CIDADE	FONTE DA INFORMAÇÃO
Macapá	Secretaria de Assistência Social e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
Boa Vista	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho
Palmas	Projeto Acolher Para Crescer da Prefeitura de Palmas
Campo Grande	Não tivemos retorno
Brasília	Promotora do Distrito Federal
Cuiabá	Não tivemos retorno

Os discursos que serão apresentados, como se pode observar na tabela, se restringem a algumas cidades da Região Norte e Centro-Oeste. No decorrer do texto podemos observar que o conteúdo exposto pode estar ligado a uma característica peculiar da Região Norte, sobretudo das menores cidades.

Segundo a informante da Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social na cidade do Rio Branco – Acre, existe um projeto voltado ao público da infância e juventude em situações de risco e moradia nas ruas na capital, projeto “Abordagem de Rua”. No entanto, fomos informadas que nesta localidade a maioria dos casos de frequência de rua de crianças e adolescentes diz respeito à procura, desse público, por complementação de orçamento familiar. No que tange à situação de moradia nas ruas, declaram que são pouquíssimos casos, apenas 07 e cerca de 20 casos de frequência de rua que, de acordo com a informante, já estão sendo trabalhados.

Na realidade do Macapá, igualmente, fomos informadas pela Secretaria de Assistência Social que não existe a situação de moradia nas ruas de crianças e adolescentes. Já o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, acredita que esse problema existe, mesmo que de maneira minoritária, mas não soube informar sobre o quantitativo.

Em Palmas, entramos em contato com o Projeto Acolher para Crescer, vinculado à Prefeitura Municipal, onde

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



a coordenadora nos informou ser este o único programa de Palmas a realizar trabalho com o público de criança e adolescente em situação de rua. Ademais, segundo a informante, nesta cidade, os trabalhos desenvolvidos com esses meninos e meninas são de ordem preventiva, pois nesta capital eles não vivenciam o problema da moradia de rua nem por adultos nem por crianças e adolescentes.

Mais uma cidade se pronuncia afirmando a inexistência do problema, desta vez a capital de Roraima, Boa Vista. Nesta, a Secretaria de Ação Social nos enviou email informando que no município não há criança de rua, mas crianças na rua (crianças que por algumas horas do dia encontram-se nas ruas, entretanto ao final deste, retornam para suas casas).

Adentrando na região Centro-Oeste, em Campo Grande, entramos em contato com os Conselhos Municipal e Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como o SOS criança onde fomos orientadas a manter contato com o CAPs Infantil. Contudo, não conseguimos nenhum tipo de informação sobre a temática em estudo. O que revela o passe a passe das organizações pela falta de informação. Além de não produzirem dados sobre o público ao qual atendem, não sabem sequer informar se tem alguém ou alguma entidade na cidade realizando esse tipo de trabalho.

Constatação mais preocupante ainda tem relação direta com as informações sobre a capital do Brasil. Em contato com uma Promotora, esta informa que há muito tempo solicita os dados às Secretarias do Governo do Distrito Federal, sobre a situação de moradia de rua por crianças e adolescentes, mas, nunca obteve resposta. Além disso, relatou, categoricamente, que a quantidade de crianças e adolescentes moradores de rua em Brasília não é tão elevada, porém, como símbolo de um descaso público, não há estatísticas que sinalizem esse número concreto.

Corroborando com a fala da atora social supramencionada, também a Coordenadora do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do DF, refletindo sobre a situação,

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



referiu que “se esse público estivesse presente na agenda de interesses do governo do Distrito Federal, seria facilmente trabalhado e superado porque recursos (impostos pagos pela sociedade) não faltam”. E reafirma: “em função desse descaso e desrespeito dos governos, as crianças e adolescentes estão tendo os seus direitos violados”.

Ainda segundo a coordenadora do CEDECA-DF, em Brasília, quando existem ações governamentais adotadas para o público de moradores de rua, são ações de repressão e retirada brusca das ruas, ou seja, não há no real um trabalho voltado a esse público que vise o respeito aos direitos elencados no ECA, pois trabalhar esse público exige recursos, exige políticas integradas. Nesta cidade, as políticas de saúde, educação, assistência, etc. são desintegradas, desarticuladas.

Segundo a atora social supracitada, ainda sobre o contexto de moradia nas ruas por crianças e adolescentes no DF, existem múltiplos perfis: a) os que estão nas ruas com suas famílias; b) os que estão sozinhos, mas ainda preservam algum tipo de elo familiar; c) os que romperam por inteiro os laços familiares, formando apenas laços de afetividade com demais moradores de rua; d) os que, além de estarem morando nas ruas estão envolvidos com a comercialização e uso de drogas; e) os que são vítimas de exploração sexual; f) os que são cometedores de atos infracionais; etc.

Dentre todos os levantamentos e pesquisas analisados, a fonte oral é mais frágil em termos de conteúdo e consistência da informação, mas também importante de ser revelada, pois atesta que essa situação vivida por crianças e adolescentes parece não ser prioridade em muitas agendas das organizações governamentais e não-governamentais.



□ Resumo Geral

Cidades contactadas	Número	Situação	Ano	Tipo de Fonte	Realização/ Fonte
Natal	253 (de 5 a 18 anos)	Em situação de rua	2002	Formal Levantamento Estatístico	Núcleo de Estudos Sócio-Culturais da Infância e Adolescência, do Curso de Psicologia da UFRN em solicitação do JJJ
São Luís	92 crianças e 309 adolescentes	Observadas nas áreas de intervenção dos educadores de rua	2004	Formal Levantamento Estatístico	SOS Criança /Secretaria Municipal de Assistência Social
Recife	368	Em situação de moradia de rua	2005	Formal Pesquisa-Diagnóstico	MDS em parceria com IASC, UFPE – Departamento de Psicologia, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua/PE e Organização do Auxílio Fraternal/SP
Fortaleza	1) 411 2) 76	1) Em situação de moradia de rua 2) Em situação de moradia de rua	1) 2007 2) 2008	Formal Pesquisa-Diagnóstico	1) Equipe Inter-institucional de Abordagem de Rua em parceria com o Laboratório de Estudos da Violência da UFC 2) Grupo de Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (UECE) em parceria com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado/CE

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



Cidades contactadas	Número	Situação	Ano	Tipo de Fonte	Realização/ Fonte
João Pessoa	1256	Em situação de rua	2008	Formal Levantamento Estatístico	Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de João Pessoa em parceria com UFPB.
Teresina	1358 10	Em situação de rua Em situação de moradia de rua	2004	Formal Pesquisa-Diagnóstico	Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre Criança e Adolescente da UFPI em parceria com a Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente de Teresina
Salvador	699	Foram atendidos nas ruas de Salvador	2007	Formal Levantamento Estatístico	Programa da Prefeitura de Salvador (sem maiores esclarecimentos)
Maceió	1019 (manhã) a 153 (madrugada)	Meninos e meninas nas ruas	2002	Formal Levantamento Estatístico	Núcleo Temático da Criança e do Adolescente (NTCA) – UFAL, Centro Erê e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.
Aracaju	165	Em situação de rua	2007	Formal Pesquisa-Diagnóstico	Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) em parceria com o Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe
Curitiba	172	Vivendo nas ruas	2007	Formal Fonte Jornalística	Jornal Gazeta do Povo (13.04.07)
Porto Alegre	637	Em situação de rua	2004	Formal Pesquisa-Diagnóstico	Laboratório de Observação Social (LABORS) da UFRGS em parceria com a Fundação da Assistência Social e Cidadania (FASC)
Florianópolis	43 17	Em situação de rua Dormindo na rua	2008	Formal Levantamento Estatístico	Equipe de Abordagem de Rua da Prefeitura

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



Cidades contactadas	Número	Situação	Ano	Tipo de Fonte	Realização/ Fonte
Vitória	30	Dormindo na rua	2008	Formal Levantamento Estatístico	Acolhimento e Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua
São Paulo	805 (de 7-18 anos)	Em situação de rua	2007	Formal Pesquisa-Diagnóstico	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
Rio de Janeiro	347	Em situação de rua	2007	Formal Pesquisa-Diagnóstico	Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro
Belo Horizonte	990	Em situação de rua	2007	Formal Levantamento Estatístico	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, SEDESE, Prefeituras Municipais
Goiânia	69 meninos 11 meninas	Em situação de rua (atendidos pela Sociedade Cidadão 2000)	2008	Formal Levantamento Estatístico	Sociedade Cidadão 2000 pelos Direitos da Criança e do Adolescente
Distrito Federal	315	Vagavam pelas ruas	2001	Formal Fonte Jornalística	Jornal de Brasília (22.01.01)
Cuiabá	NÃO OBTIVEMOS RETORNO	***	***	***	***
Campo Grande	NÃO OBTIVEMOS RETORNO	***	***	***	***
Manaus	130	Em situação de rua	2007	Formal Levantamento Estatístico	Central de Resgate Social, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SEMDIH)
Macapá	Não existem crianças e adolescente em situação de moradia de rua	***	***	Informal	Secretaria de Assistência Social e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
Rio Branco	07	Em situação de moradia de rua	2008	Informal	Secretaria Municipal da Cidadania e Assistência Social

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



Cidades contactadas	Número	Situação	Ano	Tipo de Fonte	Realização/ Fonte
Belém	47	Em situação de moradia de rua	2008	Formal Levantamento Estatístico	Prefeitura de Belém/ Fundação Papa João XXIII
Porto Velho	35	Crianças e adolescentes de rua	2008	Formal Levantamento Estatístico	SOS Criança /Secretaria Municipal de Assistência Social
Boa Vista	Não existem crianças e adolescente em situação de moradia de rua	***	***	Informal	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho
Palmas	Não existem crianças e adolescente em situação de moradia de rua	***	***	Informal	Projeto Acolher Para Crescer da Prefeitura de Palmas

censo da exclusão ou falta de inclusão nos censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos de 2007 e 2008, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), realizou uma Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua com o objetivo de “efetivar as atribuições de elaborar e gerir uma política pública integrada de proteção especial” (Sumário Executivo, 2008, p. 3). O levantamento ocorreu em 71 cidades brasileiras, sendo 48 municípios com mais de 300.000 habitantes e 23 capitais. Ademais, afirmam que uma das motivações do MDS para a realização desse levantamento nacional foi a de garantir a comparabilidade entre os resultados encontrados para cada município. Na pesquisa foram adotados procedimentos teórico-metodológicos cuidadosos e reconhecidos na literatura da pesquisa social. Nesse sentido, foi desenvolvida em duas etapas: preparatória (pré-campo) e levantamento de campo (censitário e amostral), o que reflete a intenção de um levantamento que intenta ser capaz de orientar a elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas ao público em questão.

Para tanto, o que queremos chamar atenção é para a **faixa etária** do público que escolheram para compor

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



essas estatísticas. O levantamento abrangeu pessoas com 18 anos completos ou mais, que estivessem vivendo em situação de rua.¹⁷ Essa situação é digna de reflexão tendo em vista que uma verba que foi deliberada para pensar e compreender sobre a população de rua brasileira, negligenciou o pensar sobre as crianças e adolescentes que também vivem essa situação de alta vulnerabilidade e complexidade. A consequência desse fato é que, em cada localidade, quando há algum tipo de intervenção e controle sistemático no tocante a realidade em foco, seja por OG's ou ONG's, não nos permite travar análises comparativas em âmbito nacional, tendo em vista que, em cada localidade, é comum um dado e específico entendimento do que seja situação de moradia nas ruas por crianças e adolescentes. Com a ressalva feita da dificuldade de circunscrever o conceito.

Conforme as informações dispostas neste relatório, existe uma pluralidade de sub-tipos de crianças e adolescentes moradores de rua nas cidades brasileiras, em parte desconhecida. Apenas uma séria pesquisa realizada em nível nacional poderia conhecer efetivamente sobre esse público e, assim, possibilitar o planejamento e a criação de políticas de alcance concreto, com metas tais como: reintegração familiar e comunitária; inserção escolar; profissionalização, criando, dessa forma, perspectivas de uma vida cidadã e digna.

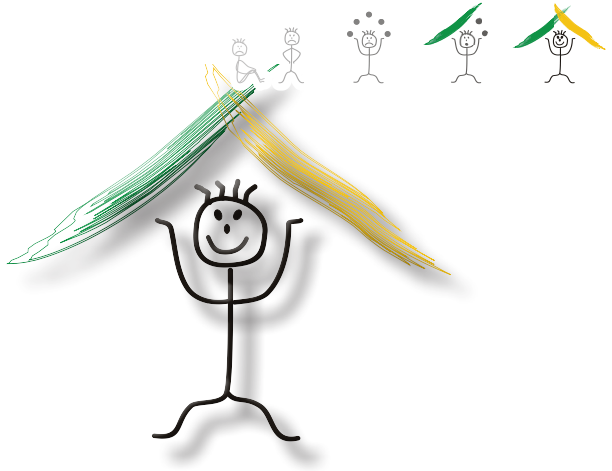
Assim sendo, seria interessante que o governo federal priorizasse e financiasse a realização de uma pesquisa, incluindo crianças e adolescente, com abrangência nacional, que se utilizasse de um conceito consensuado e de uma mesma metodologia, afim de que fosse possível cartografar a configuração real e atualizada do problema so-

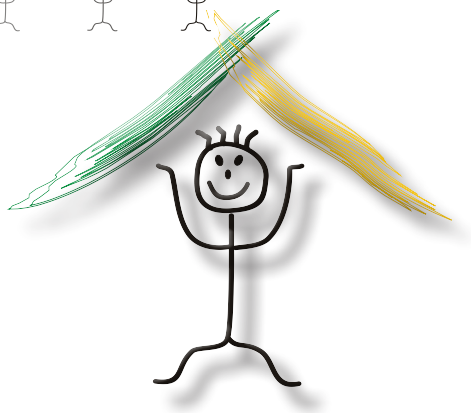
¹⁷ Para a secretária Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, população em situação de rua é um grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar em logradouros públicos, áreas degradadas e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar.



cial em análise, possibilitando um pensar e operacionalizar de políticas públicas que efetivamente possam combater a questão social em discussão.

Portanto, com base no cenário acima descrito, indagamos: que sanções os governos sofrem pelo descumprimento da legislação vigente (ECA)? O que têm feito pelas redes de fiscalização: Ministério Público, Varas da Infância e Juventude, Conselhos Tutelares, Centros de Defesa da Criança e Adolescente, dentre outros? Qual o valor dos recursos públicos destinados a questões referentes à infância e juventude? Essas são questões de interesse da sociedade que quer, deve e pode, ter acesso as respostas dos gestores públicos, eleitos para representar seus interesses.





7

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira de. *Decifra-me ou devoro-te: história oral dos meninos e meninas de rua de Salvador*. São Paulo: EDIÇÕES Loyola, 1993.

Base de Dados da Pesquisa Caracterização da Criança e do Adolescente em Maceió. NTC/UFAL, 2004.

BUTLER, Mandel Udi; RIZZINI, Irene. Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas: revisitando a literatura. In: RIZZINI, Irene (Coord). *Vidas nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* São Paulo: Loyola, 2003, p. 17-44.

Caracterização Psicossocial de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua no Município de Natal. Núcleo de Estudos Sócio-Culturais da Infância e da Adolescência/UFRN, 2002.

CARVALHO, Alex et al. *Aprendendo Metodologia Científica*. São Paulo: O Nome da Rosa, 2000, pp. 11—69.

Censo e Análise Quantidade da População de Rua em Situação de Rua na Cidade do Recife. UFPE/IASC/MNMMR/ Organização Auxílio Fraternal, 2005.

Censo e Contagem de Crianças e Adolescentes na Cidade de São Paulo. Relatório de Pesquisa. Fipe/SMADS, 2007.

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na Cidade de João Pessoa. UFPB/ Secretaria do Desenvolvimento Social de João Pessoa, 2008.

CRISTO, Vago e RANGEL. Os direitos da Criança e do Adolescente, a lei de aprendizagem e o terceiro setor. In: *Terceiro Setor: fundações e entidades de interesse social*_Vitória: CEAF 2004. Coleção do Direito ao Averso, V.4. Disponível em: http://www.prt17.mpt.gov.br/n_aprendiz.html. Acessado em 30 de agosto de 2008.

CURY, Munir. *Estatuto da Criança e do Adolescente*/ Cury, Garrido e Marçura. 3. ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2002.

Diagnóstico Sócio-econômico de Crianças, Adolescentes e Adultos Moradores de Rua na Cidade de Fortaleza. Relatório Final. Governo do Estado do Ceará/ Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social/ Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU/UECE), 2008.

DIOGENES, Glória. *Itinerário de corpos juvenis: o baile, o jogo e o tatame*. Annablume São Paulo, 2003.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei Federal 8.069

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Ed. UNB. Brasília, 2001

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Histórias de Vida de Meninos e Meninas de Rua de Fortaleza. Ceará, 1994.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração: experiência de meninos nas ruas*. Companhia das Letras. São Paulo, 2000.

Levantamento da População em Situação de Rua na Cidade do Rio de Janeiro. Cadernos de Assistência Social. Escola Carioca de Gestores da Assistência Social/Prefeitura do Rio de Janeiro, 2007.

Levantamento da Situação de Crianças e Adolescentes em Situação de Moradia na Rua de Belém. Relatório Final. Fundação Papa João XXIII/ Projeto Educação Social de Rua, 2008.



Levantamento Quantitativo de Meninos e Meninas nas Ruas de Maceió. Relatório de pesquisa. NTCA/UFAL/Centro de Defesa/Centro Erê, 2002.

LIMA, Antônio Jesuíta de. *Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*. Teresina: EDUEP, 2004.

LUCHINNI, Riccardo. A criança em situação de rua: uma situação complexa. In: RIZINNI, Irene (Coord). *Vidas nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* São Paulo: Loyola, 2003, p.45-84.

MILITO, C; SILVA, H. *Vozes do Meio Fio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

Perfis e Mundo das Crianças e Adolescentes em Situação de Rua Grande Porto Alegre. Relatório de Pesquisa. UFRS/ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Laboratório de Observação Social, 2004.

Pesquisa Anual sobre a Vivência de Crianças e Adolescentes em Situação de Moradia nas Ruas de Fortaleza. Relatório Final. UFC/ Laboratório de Estudos da Violência (LEV)/ Equipe Interinstitucional de Abordagem de Rua, 2007.

Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Sumário Executivo. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2008.

SILVA, Enid Rocha Andrade da (Coord). 2004. *O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. IPEA/ CONANDA. Brasília.

SILVA, Edna Lúcia. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

VOLPI, Mário. *Sem liberdades, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei*. São Paulo: Cortez, 2001

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/ Tomaz Tadeu da Silva (org.) Stuart Hall, Kathryn Woodward.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



Artigos de Jornal

DUTRA, Francisco; BORGES, Manuela. Número de Crianças e Adolescentes que vivem nas ruas do Distrito Federal. **Jornal de Brasília**, Brasília, 22 jan 2001.

VALENZA, Cecília. Cai o número de crianças nas ruas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 abr 2007. P.4.


----- . 80 crianças e adolescentes vivem nas ruas. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 12 out 2008. Disponível em: < [http:// www. andi.org.br/clippings/infancianamidia/?a=22121&z=2](http://www.andi.org.br/clippings/infancianamidia/?a=22121&z=2). Acesso em: 04 dez 2008.

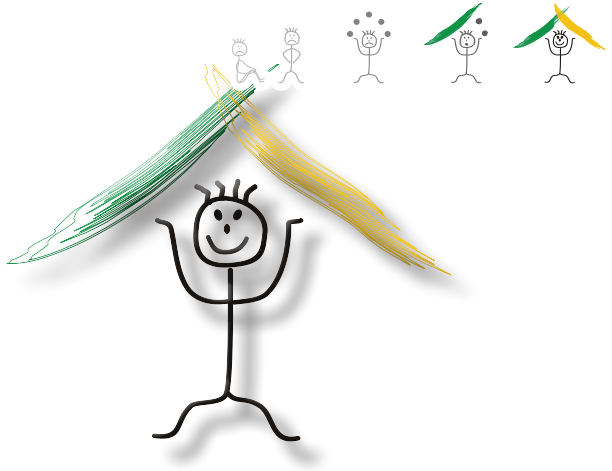
----- . Crucificação simbólica alerta para a situação de crianças carentes. **Jornal do Comércio**, Recife, (s/d). Cidadania. P.3.

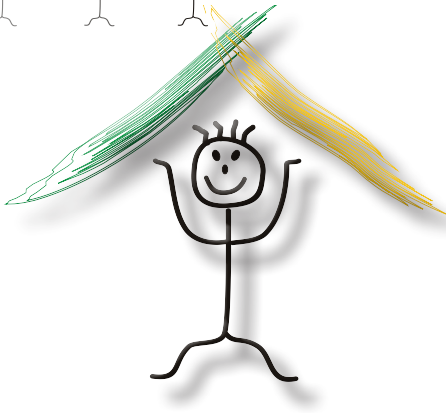
----- . Juizado discute estratégias para retirar crianças das ruas. **Correio de Sergipe**, Sergipe.

CHAVES, Adriana. Número de meninos de rua em Goiânia aumenta 40%. **Folha Online**, 5 de mar de 2002. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult96u4714.shtml>. Acesso em 12 de set 2008.

ANEXOS







ANEXOS

▣ Relação de contatos estabelecidos

NORDESTE

Cidade: NATAL/ RN

- 1º Contato: Fórum DCA
- 2º Contato: Núcleo de Pesquisa UFRN
- 3º Contato: Programa Canteiros:

Cidade: RECIFE/PE

- 1º Contato: Orquestra Criança Cidadã
- 2º Contato: COMDICA
- 3º Contato: Projeto Recifazer (Prefeitura Municipal)
- 4º Contato: IASC (Prefeitura)
- 5º Contato: Gerência de políticas para criança e adolescente em situação de rua do município
- 6º Contato: O Pequeno Nazareno

Cidade: SÃO LUÍS/MA

- 1º Contato: Rede Amiga da Criança

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras

**Cidade: ARACAJU/SE**

- 1º Contato: Secretaria Municipal de Ação Social
- 2º Contato: Projeto Acolher da Secretaria de Assistência Social

Cidade: MACEIÓ/AL

- 1º Contato: Projeto Erê
- 2º Contato: Projeto Guardião da Cidadania
- 3º Contato: Núcleo Temático Criança e Adolescente (UFAL)

Cidade: JOÃO PESSOA/PB

- 1º Contato: Rede Margarida Pró-Crianças e Adolescentes (REMAR)
- 2º Contato: Universidade Federal da Paraíba
- 3º Contato: Secretaria de Desenvolvimento Social de João Pessoa

Cidade: TERESINA/PI

- 1º Contato: Centro de Referência Especializada da Assistência Social

Cidade: SALVADOR/BA

- 1º Contato: Projeto Axé (centro de formação)
- 2º Contato: Casa de Acolhimento D. Timóteo Amoroso Anastácio
- 3º Contato: Conselho Tutelar
- 4º Contato: Fundação Terra Nova

NORTE**Cidade: MANAUS**

- 1º Contato: Centro Integrado de Atenção a Criança e o Adolescente
- 2º Contato: Secretaria Municipal de Direitos Humanos
- 3º Contato: CEDCA (Conselho Estadual)

Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos?

A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras



Cidade: BELÉM

- 1º Contato: Projeto Educação Social de Rua
- 2º Contato: Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA)

Cidade: PALMAS

- 1º Contato: Conselho Tutelar
- 2º Contato: Projeto Acolher

Cidade: PORTO VELHO

- 1º Contato: Secretaria Municipal da Assistência Social
- 2º Contato: SOS Criança

Cidade: MACAPÁ

- 1º Contato: Secretaria de Assistência Social
- 2º Contato: Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua

SUL

Cidade: PORTO ALEGRE/ RS

- 1º Contato: Instituto Salesiano de Pesquisas sobre crianças e adolescentes

Cidade: CURITIBA/PA

- 1º Contato: Projeto Recriar
- 2º Contato: Fundação Educacional Meninos e Meninas de Rua
- 3º Contato: Fundação Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Cidade: FORIANÓPOLIS/SC

- 1º Contato: Secretaria do Desenvolvimento Social
- 2º Contato: Secretaria de Ação Social



SUDESTE

Cidade: RIO DE JANEIRO

- 1º Contato: Se Essa Rua Fosse Minha
- 2º Contato: Casa do Menor
- 3º Contato: CIESP (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a infância)
- 4º Contato: Secretaria de Assistência Social do Município do Rio de Janeiro

Cidade: BELO HORIZONTE

- 1º Contato: Coordenadoria da Infância e Juventude do Governo de Belo Horizonte
- 2º Contato: Projeto Miguilim

Cidade: VITÓRIA

- 1º Contato: CRIAD
- 2º Contato: Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado
- 3º Contato: Rede Criança
- 4º Contato: Gerência de Projetos de Atenção a população em situação de rua

CENTRO- OESTE

Cidade: BRASÍLIA

- 1º Contato: Abrigo Reencontre
- 2º Contato: Secretaria da Ação Social
- 3º Contato: Assessoria da Senadora Patrícia Saboya

Cidade: GOIÂNIA

- 1º Contato: Sociedade Cidadão 2000

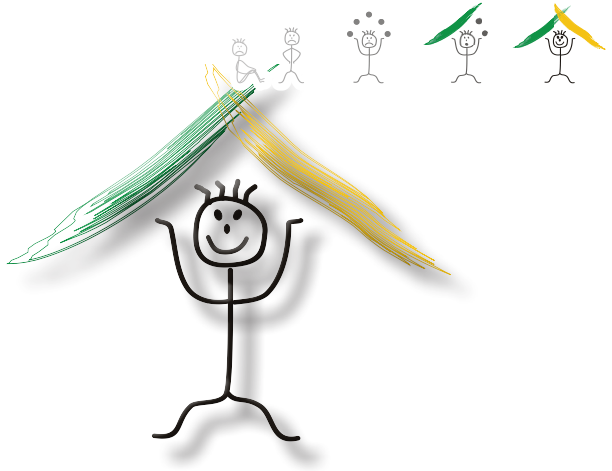


Cidade: CUIABÁ

- 1º Contato: Conselho Tutelar
- 2º Contato: Projeto Se Menina
- 3º Contato: Coordenadora da Proteção Especial

Cidade: CAMPO GRANDE

- 1º Contato: CMDCA (Conselho Municipal)
- 2º Contato: CEDCA (Conselho Estadual)
- 3º Contato: SOS Criança
- 4º Contato: CAPs infantil



**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO
DO CEARÁ
INESP**

Presidente
Antonio Nóbrega Filho

Núcleo de Mobilização Política Social

COORDENAÇÃO:

Márcia Dias Soares
Ana Maria Vieira Braga
Flora Maria Teles Pinto
Germana Ellery Marinho Frota
Glaice Gonçalves de Lucena Filgueiras
Isabelle Campos Girão
Karla Costa Lima Sampaio
Liani Maria Braga Jacó
Milena Saraiva Leão
Sâmya Régia Figueiredo Vieira

Núcleo de Gestão / Memória

Ana Rita Rogério Maia
Érika Coutinho
Francisca de Fátima Lira
Marlene Guilherme Mindêllo
Marluce Studart Vieira
Marta Lêda Miranda Bezerra
Melissa Ester Nogueira Rodrigues

Revisão Ortográfica

Vânia Soares

Diagramação e Arte

Mário Giffoni
Carlos Alberto Alexandre Dantas

Gráfica do INESP

Equipe Gráfica

Ernandes do Carmo

Francisco de Moura

Hadson Barros

João Alfredo

Alberto Siqueira

Av. Desembargador Moreira 2807

Dionísio Torres Fortaleza Ceará.

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Fone: 3277-3705

Fax: (0xx85) 3277-3707



Home page: www.al.ce.gov.br
E-mail: epovo@al.ce.gov.br



INESP
Instituto de Estudos e Pesquisas
para o Desenvolvimento
do Estado do Ceará

Home page: www.al.ce.gov.br/inesp
E-mail: inesp@al.ce.gov.br










POR UMA CULTURA DE PAZ E NÃO VIOLÊNCIA ¹

Reconhecendo a parte de responsabilidade ante o futuro da humanidade, especialmente com as crianças de hoje e de amanhã, **EU ME COMPROMETO** – em minha vida cotidiana, na minha família, no meu trabalho, na minha comunidade, no meu país e na minha região a:

- 1 RESPEITAR A VIDA.** Respeitar a vida e a dignidade de cada pessoa, sem discriminar nem prejudicar;
- 2 REJEITAR A VIOLÊNCIA.** Praticar a não-violência ativa, rejeitando a violência em todas suas formas: física, sexual, psicológica, econômica e social, em particular ante os mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes;
- 3 SER GENEROSO.** Compartilhar o meu tempo e meus recursos materiais, cultivando a generosidade, a fim de terminar com a exclusão, a injustiça e a opressão política e econômica;
- 4 OUVIR PARA COMPREENDER.** Defender a liberdade de expressão e a diversidade cultural, privilegiando sempre a escuta e o diálogo, sem ceder ao fanatismo, nem à maledicência e o rechaço ao próximo;
- 5 PRESERVAR O PLANETA.** Promover um consumo responsável e um modelo de desenvolvimento que tenha em conta a importância de todas as formas de vida e o equilíbrio dos recursos naturais do planeta;
- 6 REDESCOBRIR A SOLIDARIEDADE.** Contribuir para o desenvolvimento de minha comunidade, propiciando a plena participação das mulheres e o respeito dos princípios democráticos, com o fim de criar novas formas de solidariedade.

¹ Manifesto redigido por defensores da Paz como Dalai Lama, Mikail Gorbachev, Shimon Peres e Nelson Mandela, no sentido de sensibilizar a cada um de nós na responsabilidade que temos em praticar valores, atitudes e comportamentos para a promoção da não violência. Lançado em 2000 pela UNESCO, contou com a adesão da Assembléia Legislativa ao “Manifesto 2000” com a coleta de mais de 500 mil assinaturas em nosso Estado.

METAS DO MILÊNIO

8 JEITOS DE MUDAR O MUNDO		NÓS PODEMOS	
1  ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA	2  EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS	3  IGUALDADE ENTRE SEXOS E VALORIZAÇÃO DA MULHER	4  REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL
5  MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES	6  COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS	7  QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE	8  TODO MUNDO TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO

Em 2000, as "8 Metas do Milênio" foram aprovadas por 191 países da ONU, em Novo Iorque, na maior reunião de dirigentes mundiais de todos os tempos. Estiveram presentes 124 Chefes de Estado e de Governo. Os países, inclusive o Brasil, se comprometeram a cumprir os 8 objetivos, especificados, até 2015.

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Consequimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta fâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Música de Alberto Nepomuceno

Letra de Tomás Lopes

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que tua glória conta!
Terra, o teu nome e a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha - esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E despertando, deslumbrada, ao vê-.las
Ressoa a voz dos ninhos...
Há de florar nas rosas e nos cravos
Rubros o sangue ardente dos escravos.

Seja teu verbo a voz do coração,
verbo de paz e amor do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
e foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada!
Que importa que no seu barco seja um nada
Na vastidão do oceano,
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros!

Sim, nós te amamos, em aventuras e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em meses, nos estios
E bosques, pelas águas!
selvas e rios, serras e florestas
Brotem no solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal
sobre as revoltas águas dos teus mares!
E desfraldado diga aos céus e aos mares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi na paz da cor das hóstias brancas!

